

# Direito à moradia

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU



Mais de 250 famílias foram expulsas do terreno da ocupação Montepio, na zona leste da capital, no início de junho

**Ocupações** São quase 300 mil porto-alegrenses vivendo em áreas de ocupação, segundo levantamento do Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB). Baixos salários, altos aluguéis, programas de financiamento inacessíveis a famílias que recebem até R\$1.600 contribuem para o agravamento desse quadro. Desde 2002, conforme a Emenda Constitucional n.º 26, ter um lugar para morar é tido como um direito social. Entretanto, independentemente

do avanço das políticas públicas para minimizar o desabrigo social, os movimentos organizados por moradia são geralmente questionados quanto à sua legitimidade.

*CadernoJU*

ARIADNE

## Ópera na UFRGS encanta plateia



P7

ECONOMIA

Compras no caderninho mantêm hábito surgido com a colonização

P5

POLÍTICA

Limites da e-democracia

Utilizada em conjunto com outras formas de participação popular, a internet tem o poder de levar os debates a lugares onde eles não ocorriam. Porém, quando se sabe que apenas 49,3% dos brasileiros têm acesso à rede, basear projetos de lei exclusivamente em pesquisas online significa ignorar a opinião de metade da população do país. P4

ENSINO

Despertando para a Ciência

Dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) indicam que 61% dos alunos do Brasil na faixa dos 15 anos têm baixo desempenho em ciências. Para combater tal defasagem de letramento científico, a universidade realiza projetos de divulgação científica junto a escolas. Um dos objetivos é incentivar talentos potenciais nos alunos. P8

Medicamentos

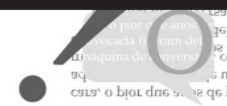
Investimento público em pesquisa básica é bom negócio P11

Língua portuguesa

Projeto incentiva a leitura e produção de textos P6

Cultura negra

Uso do turbante remonta à tradição afrobrasileira P13



## Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto  
Reitor

# O futuro em perspectiva

Reflexão e questionamento fazem parte do cotidiano universitário, especialmente em momentos críticos. Oferecer uma formação na qual a aquisição de conhecimento e habilidades seja equacionada com as necessidades do mundo do trabalho, prover oportunidades para que mais jovens conquistem educação pós-secundária – independentemente do perfil socioeconômico – e atuar em cooperação estimulando a circulação de talento acadêmico entre todas as regiões para o desenvolvimento da sociedade. Estas foram as motivações básicas para reunir o primeiro “Fórum do Conselho Transnacional de Líderes Universitários”, em Hamburgo, na Alemanha, no mês de junho.

Com o objetivo de discutir o futuro da instituição universitária no contexto da globalização, foram convidados aproximadamente cinquenta reitores

de universidades representativas e com perfil acadêmico de pesquisa dos cinco continentes, sendo quatro da América Latina. Do Brasil, estiveram representadas a UFRGS e a USP.

A partir dos debates, a interpretação é a de que as crises, apesar de questionarem a própria identidade e a missão da universidade, representam oportunidades de correção de rumos e de adaptação, e também de ensaiar o futuro desta que é a mais resiliente instituição ocidental, próxima de completar um milênio de existência.

Em dois dias de intensa discussão, buscou-se identificar valores institucionais comuns e, a partir desses, vislumbrar estratégias para enfrentar os grandes problemas que afligem a sociedade e o planeta, além do desafio de formar pessoas que trabalharão, pelo menos até 2050, utilizando tecnologias que possivelmente

ainda não tenham sido sequer imaginadas. Foram abordados, ainda, temas como o entendimento e o sentido da universidade, o papel da autonomia organizacional e acadêmica com verdadeira liberdade, a diversidade e flexibilidade dos sistemas nacionais de educação superior, os mecanismos e as políticas de acesso a todos aqueles com potencial e talento, bem como os modelos de financiamento do ensino superior e da pesquisa científica.

Tão importante quanto perceber que as questões locais e nacionais das universidades são comuns em todos os continentes foi a oportunidade de trocar experiências e buscar respostas a partir da rica diversidade ali reunida. Sem sombra de dúvida, a universidade é a instituição do futuro, pois forma, gera conhecimento e inovação, consolida cidadania e inspira políticas públicas. Futuro que se escreve no presente.

**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91004-900  
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

**Reitor**  
Carlos Alexandre Netto  
**Vice-reitor**  
Rui Vicente Oppermann  
**Chefe de Gabinete**  
João Roberto Braga de Mello  
**Secretário de Comunicação Social**  
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS  
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497  
Email: jornal@ufrgs.br

**Conselho Editorial**  
Ánia Chala, Cassiano Kuchembecker Rosing, Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer, Temístocles Cezar

**Editora** Ánia Chala  
**Subeditora** Jacira Cabral da Silveira  
**Repórteres** Ánia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein  
**Projeto gráfico** Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (CADERMO JU)  
**Diagramação** Kleiton Semensatto da Costa e Jessé Ramires Lopes

**Fotografia** Flávio Dutra (Editor)

**Revisão** --

**Bolsistas (Jornalismo)**  
Antônio Assis Brasil, Iami Gerbase, Igor Porto, Jéssica Menzel e João Pedro Teixeira

**Circulação** Juliana Gonçalves Mota

**Fotolitos e impressão Gráfica** da UFRGS  
Tiragem 7 mil exemplares

ufrgsnoticias

**REDES SOCIAIS**  
CONEXÕES QUE TRANSFORMAM

19 a 23 de outubro | Campus do Vale | UFRGS

DESIGN: ROSÂNE VIEIRA / SECOM / UFRGS

## Artigo

# O restauro do antigo prédio do Instituto de Química

A proteção ao patrimônio cultural edificado no Brasil, desde a criação em 1937 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – antecessor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – passou por alguns estágios que nos permitem acompanhar a evolução dessa temática.

Partindo da proposta de salvar edificações representativas de estilos arquitetônicos de uma época e imbuídas da história cultural do país, chegou-se à inserção dos bens imateriais, ligados à dimensão simbólica do imaginário social.

A salvaguarda do patrimônio contempla o campo expandido da cultura como representação inclusiva da dimensão afetiva, assumindo importante papel nas discussões referentes ao meio urbano enquanto um espaço de memória e identidade social. Nesse sentido, conforme refere Ana Lúcia Goelzer Meira, o patrimônio cultural é uma ponte que se lança do passado ao futuro, caracterizando-se como ação transformadora.

A palavra patrimônio traz na sua raiz dois vocábulos greco-latinos: “*pater*” e “*nomos*”. Aquele significa chefe de família ou antepassado. Este refere-se à lei, aos usos e aos costumes vinculados à origem de uma família ou de uma cidade, relacionando-se assim ao grupo social. Dessa forma, o

patrimônio pode ser compreendido como o legado de uma geração a outra. Seguindo essa concepção, a preservação do patrimônio cultural edificado é uma ação que propõe a proteção da memória social. Resgatar memórias coletivas, lugares e a história de grupos sociais constitui uma hábil mediação entre o passado, o presente e o futuro dos referenciais culturais da sociedade.

Alinhada a esses preceitos, desde 1999, a Universidade vem restaurando seu conjunto edificado por meio do Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS, conduzido pelo Setor de Patrimônio Histórico (SPH/Suinfra). A princípio, concentraram-se esforços em 12 edifícios construídos entre 1898 e 1928, reconhecidos como prédios da 1ª Geração, que partilham determinadas características históricas, arquitetônicas e artísticas. Esses imóveis, localizados no Câmpus Centro e no Câmpus do Vale, abrigaram as denominadas Faculdades Livres e os Institutos Técnicos que formaram o embrião da nossa Universidade.

A intervenção do SPH nesses prédios, mediante projetos de readequação, restauro e manutenção, é de fundamental importância para a salvaguarda da memória referente à construção do ensino superior e técnico no estado, assim como da representação histórica consolidada na imagem urbana.

Neste ano será contemplado por essas ações o antigo Instituto de Química, unidade de ensino criada em 1925. O contrato para a execução da obra foi assinado em 28 de maio, entre a UFRGS e a empresa vencedora do certame licitatório.

O instituto tem origem no Curso de Química Industrial criado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre em 1920, para o qual foi logo necessária a destinação de uma sede que acolhesse suas atividades acadêmicas e de prestação de serviços – entre elas, a análise de produtos alfandegários que chegavam ao Rio Grande do Sul. Atendendo a esses apelos, dois anos depois, o governo do estado concedeu aos interessados um terreno para tal empreendimento. Em 8 de junho de 1926, com a presença do presidente da República Washington Luís, o prédio foi inaugurado.

A edificação apresenta uma galeria aberta protegida por um terraço sustentado por colunas toscanas, no qual estão dispostas duas esculturas que simbolizam a Química. O acesso principal é feito por uma imponente escadaria, com curvas e patamares diferenciados.

Na década de 1980, o Instituto de Química transferiu suas instalações para o Câmpus do Vale, e o espaço passou a ser ocupado por salas de aula de diversos cursos e por setores administrativos, dentre eles o SPH, até sua desocupação no ano passado.

O prazo contratual para a execução da obra é de 30 meses; portanto, estima-se que sua conclusão e entrega à comunidade universitária se dê no final de 2017. A reforma será custeada por recursos da UFRGS e de doações e patrocínios obtidos por intermédio da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991), captados entre 2008 e 2013.

A intervenção a ser realizada no edifício envolverá restauração, adaptação à acessibilidade universal e mudança de uso da edificação, que passará a abrigar um centro de eventos com auditórios e salas para defesas de teses e dissertações e para exposições de trabalhos.

Atualmente, o Projeto Resgate realiza campanha para a captação de recursos financeiros destinados à restauração da Capela de São Pedro, localizada na Estação Experimental Agrônoma, em Eldorado do Sul.

Dessa forma, por meio da recuperação do conjunto edificado da UFRGS, pode-se afirmar que a Universidade está devolvendo, não só à comunidade acadêmica mas à sociedade gaúcha, espaços carregados de significados e vivências. Locais que se incorporam a um novo tempo e a novos usos, fazendo assim a ponte entre o passado e o futuro.

**Equipe técnica**  
Setor de Patrimônio Histórico (SPH)  
Superintendência de Infraestrutura UFRGS



Os restaurantes universitários são responsáveis pelo descarte de até 200 mil copos plásticos por mês

## Sustentabilidade

# Universidade assina convênio com DMLU

Em 19 de junho, o Conselho Universitário deu parecer favorável à assinatura de um convênio entre a UFRGS e a Prefeitura de Porto Alegre, por meio do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) da capital. O documento integra as ações do projeto *UFRGS + Consciente*, que prevê o desenvolvimento de uma campanha visando à implantação de práticas de uso racional dos recursos, com foco nas ações de sustentabilidade da Universidade.

Segundo a engenheira-agrônoma Andrea Pinto Loguercio, coordenadora do Departamento de Meio Ambiente e Licenciamento da Superintendência de Infraestrutura (DMALIC/Suinfra), “a iniciativa prevê um conjunto de projetos que chamamos de *Boas Práticas UFRGS*, que são ações já implementadas, ou renovadas e melhoradas, que a Universidade está realizando. A ideia é disseminá-las de modo a que possam ser praticadas por

diferentes instâncias e atores em todos os câmpus”.

A Universidade produziu, entre 2012 e 2014, uma média anual 107.660 litros de resíduos como papel, plásticos, papelão etc., quantidade equivalente a 613.622 kg. “Hoje, esse resíduo já é destinado a diferentes cooperativas e associações de catadores de Porto Alegre. O que muda com o convênio é a formalização dessa parceria com o DMLU”, esclarece.

**Destinação social** – Desde 2006, o decreto nº 5.940 obriga os órgãos públicos federais a encaminharem seus resíduos recicláveis a associações de catadores. A norma também determina que a destinação social desse bem ambiental seja feita em sistema de rodízio, a fim de beneficiar o maior número possível de associações. No entanto, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/10, estabeleceu claramen-

te a responsabilidade do gerador até o encaminhamento ao destino final. Andrea explica que, como no município de Porto Alegre são quase inexistentes os galpões de reciclagem que possuem licença ambiental válida, fazer essa seleção com rodízio a cada seis meses – considerando inclusive que algumas dessas entidades não têm veículo para coleta – vinha transformando o sistema em uma política de baixa eficiência. “O convênio com o DMLU nos permitirá atender ao decreto presidencial, uma vez que as unidades de triagem são previamente cadastradas e acompanhadas pelo órgão, que faz a avaliação de quais podem receber os resíduos. Além disso, elas possuem licença ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente”, diz Andrea. De acordo com ela, atualmente, existem 19 unidades de triagem cadastradas junto ao DMLU.

A coordenadora destaca que o convênio também vai permitir

um maior monitoramento dos resíduos, de modo que a Universidade terá relatórios mensais precisos de volume, qualidade, inconsistências (como destinação de resíduos comuns misturados ao seletivo), identificando a data e o local de coleta. “Do ponto de vista da gestão da UFRGS para a coleta seletiva, teremos dados que nos possibilitarão atuar a fim de aumentar o volume e melhorar a qualidade de nossos resíduos recicláveis”, comemora.

**Campanhas** – Paralelamente, o DMALIC vem realizando campanhas sobre a importância da coleta seletiva, investindo na troca das lixeiras dos pátios, capacitando os servidores terceirizados da limpeza e promovendo a compra de sacos plásticos azuis e pretos de melhor qualidade e tamanhos compatíveis. Com o suporte da Pró-reitoria de Planejamento também estão sendo adquiridos novos coletores para salas de aula, corredores, banheiros etc. “Nossa meta é diminuir o volume destinado ao resíduo comum, aumentar o reciclável, melhorar a qualidade e coletar em separado as folhas de papel junto às ilhas de impressão, pois geramos muitas folhas que, se estiverem lisas e sem amassados, têm melhor valor de venda”, explica Andrea.

Dentre os principais geradores de lixo reciclável, a engenheira-agrônoma aponta os restaurantes universitários, cujo volume mensal de copos descartáveis atinge a marca dos 200 mil. Nesse sentido, ela destaca que o DMALIC está desenvolvendo duas *Boas Práticas*: o incentivo para que os usuários dos RUs tragam suas próprias canecas e copos e uma parceria com os diretórios acadêmicos para que os mesmos produzam esses utensílios com os logotipos de seus cursos, como forma de identificar o compromisso dos alunos com a sustentabilidade. Andrea acrescenta que há uma terceira proposta – momentaneamente suspensa por conta da contenção de despesas – para adquirir copos e canecas, como fizeram outras universidades, e presentear-las aos alunos. “Fizemos uma enquete no início do ano via Facebook, e a simples troca teve grande aceitação dos usuários de todos os restaurantes”, comenta.



## Conhecendo a UFRGS

## Engenharia de rodovias

O Laboratório de Pavimentação da UFRGS (Lapav) realiza estudos nas linhas de pesquisa em estabilização de solos, mecânica e materiais para pavimentação, gerenciamento e controle de qualidade de pavimentos, comportamento mecânico, emprego de resíduo em pavimentação e condutividade hidráulica dos solos.

Criado em 1987 pelo professor Jorge Augusto Pereira Ceratti, o Lapav foi um dos primeiros centros de pesquisa do Brasil a efetuar análises sobre esses materiais. Vinculado ao Departamento de Engenharia Civil da Escola de Engenharia, o setor conta com um espaço de cerca de 6.000 m<sup>2</sup>, onde está situado o laboratório e o Simulador de Tráfego Linear. Desenvolvido por estudantes e técnicos da própria Universidade, este equipamento simula a circulação anual de uma rodovia.

Em associação com o PPG em Engenharia Civil, o Lapav elaborou o Programa Especial de Treinamento em Engenharia Rodoviária (Peter), idealizado pelo professor Lélío Brito com o intuito de suprir a crescente demanda por bons especialistas em Engenharia Rodoviária. Por meio deste programa, os alunos têm a oportunidade de iniciar uma bolsa acadêmica financiada por empresas públicas e privadas desde o primeiro semestre. De acordo com o docente, “é necessário que os profissionais estejam atentos às necessidades de construção tecnológica que podem ser aplicadas nas estradas”.

Utilizando uma ampla rede de parceiros, como o DAER e a Petrobras, o Laboratório tem colaborado na criação de materiais mais resistentes e acessíveis. Conforme Lélío Brito, as parcerias com as empresas permitem que as pesquisas não fiquem restritas aos pesquisadores, já que é por meio delas que o contato com os empreiteiros e técnicos é realizado, o que possibilita que novas tecnologias sejam diretamente vinculadas às obras e cheguem à sociedade.

James Mello, *estudante do 2.º semestre de Jornalismo da Fabico*

## Assista ao programa

O programa **Conhecendo a UFRGS** vai ao ar no dia 21 de julho, na UNITV, canal 15 da NET POA, às 20h e às 23h.

## Administração

## Finalizado o relatório do Plano de Desenvolvimento Institucional

Em encontro ocorrido em 19 de junho, foi apresentado ao reitor Carlos Alexandre Netto o relatório final de avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2011-2015) da Universidade. O documento exibiu os resultados de um trabalho de cinco anos do Comitê de Avaliação do PDI.

O vice-reitor Rui Vicente Oppermann sintetizou o histórico de todo o processo, agradecendo o trabalho desenvolvido pelo Comitê e ressaltando que a pesquisa de percepção, lançada em outubro do ano passado, foi qualitativa e quantitativa, envolvendo consulta à comunidade acadêmica de forma individual e por grupos. O levantamento identificou quatro pilares

norteadores da avaliação: Excelência, Eficiência, Expansão e Inclusão. Oppermann também destacou os aspectos positivos e os itens a melhorar apontados após a consulta, o que, para ele, faz do plano um norteador das atividades na UFRGS: “O documento nos dá uma percepção do que foi feito e do que é preciso fazer”, afirmou. Entre os aspectos apontados pela comunidade como passíveis de melhoria, destacou a oferta de programas de pós-doutorado, a ampliação do acervo bibliográfico, o aperfeiçoamento de docentes e técnicos-administrativos, reformas curriculares e a interdisciplinaridade. O vice-reitor também lembrou que a elaboração do PDI foi uma oportunidade de ouvir a resposta da

comunidade acadêmica de forma democrática e representativa.

Carlos Alexandre Netto comentou o resultado final do trabalho e agradeceu o empenho do Comitê em realizar o longo processo. “É um grande avanço institucional realizarmos um processo de forma planejada e podermos seguir o processo de organização da gestão da Universidade nos trilhos do PDI”, salientou.

Esta é a primeira vez que a Universidade tem um PDI, atendendo à determinação legal do Ministério da Educação. Ao final da apresentação, foram entregues as portarias aos 19 novos integrantes do comitê, que elaborarão do próximo Plano de Desenvolvimento Institucional com validade a partir de 2016.



FLÁVIO DUTRA/JU



**Resultados de consultas na internet pautam as decisões de alguns parlamentares, mas ignoram a exclusão digital de metade da população**

# Cidadania virtual

## E-democracia Enquetes online mobilizam a população, mas podem distorcer a realidade

Em 2013, a senadora Ana Amélia Lemos (PP) defendeu na Comissão de Constituição e Justiça do Senado a aprovação de uma lei argumentando que 74% dos que votaram em uma enquete no site *Vote na Web* consideravam a medida urgente e 93% apoiavam o texto. Um ano depois, o hoje senador Romário Faria (PSB) lançou o projeto Democracia Digital no Parlamento, em que, entre outras coisas, firmava o compromisso de retirar de tramitação qualquer proposta sua que tivesse 51% de rejeição da população, também com base na mesma plataforma online. No site da Câmara dos Deputados, uma enquete a respeito do Estatuto da Família contabilizava, até 19 de junho deste ano, mais de oito milhões de votos, recebendo massivas votações, especialmente de grupos religiosos e LGBT que se mobilizam para pressionar os parlamentares.

Além dos casos citados com consultas à população que, em teoria, não interferem diretamente na administração pública, há cada vez mais programas de democracia participativa digital, como o Orçamento Participativo de Porto Alegre, o OP Digital de Belo Horizonte e as votações das prioridades do orçamento do RS, também realizadas

online. Com o avanço da inclusão digital, a tendência é que a atuação do povo na política ocorra cada vez mais através da internet. Para o professor de Ciência Política da UFPR Rafael Cardoso Sampaio, a discussão a respeito da democracia digital é possivelmente uma questão geracional, que deverá deixar de existir em poucas décadas, embora, por enquanto, ainda estejamos num período de adaptação.

**Enquetes e petições** – Criado há cinco anos, o *Vote na Web* tem hoje 300 mil usuários que já deram sete milhões de votos aos cerca de seis mil Projetos de Lei registrados no site. Os textos desses documentos passam por um filtro de advogados e jornalistas, chegando ao cidadão de forma mais acessível. Para votar, a plataforma exige um cadastro completo. Isso permite que os usuários tenham não só o número absoluto dos que são contra ou a favor do projeto, como também que façam recortes dos resultados por idade, gênero ou região do país.

Daniele Amaral, coordenadora do *Vote na Web*, diz que a plataforma foi criada com o intuito de aproximar a política do cidadão. Segundo ela, o site tem cumprido seu papel. No caso das enquetes da câmara, a meta alegada é semelhante. A sessão de “perguntas frequentes” da ferramenta afirma que o principal objetivo das enquetes é estimular o conhecimento e o debate por parte dos cidadãos, antes que os projetos sejam votados no plenário. Nenhuma das plataformas tem a pretensão de representar fielmente o pensamento da população, ainda que muitos usuários, e até mesmo alguns deputados e senadores, considerem

os resultados das enquetes quase como absolutos.

Rafael Sampaio considera a participação online como instrumento de pressão por parte dos cidadãos, uma tentativa de influência ou constrangimento quando o projeto foge muito do que esperam os eleitores. O pesquisador da Fundação de Economia e Estatística (FEE-RS) Tarson Nuñez acrescenta que, se a alternativa às votações online é que 500 deputados escrevam e votem projetos, a discussão na rede entre os cidadãos amplia a democracia. “Porém, condicionar a decisão política à votação online, como propõe Romário, é problemático”, avalia Rafael, afirmando que uma ligação direta entre as enquetes e a decisão parlamentar deva ser feita com parcimônia. “Quando o senador assegura que irá retirar qualquer projeto com 51% de rejeição com mais de 10 mil votos, ele diminui a importância da sua representação”, conclui.

**Transparência** – Todo sistema de votação é passível de fraude, tanto pelos administradores quanto pelos usuários. Além das mais óbvias, em que o software ignora votos para X ou duplica os votos para Y, não se pode descartar a possibilidade de a plataforma induzir o cidadão a votar em Y. Assim como Google e Facebook definem o que aparece para o usuário de acordo com o que os sites sabem dele, nada impede que as plataformas de votação online façam o mesmo e escondam ou mostrem enquetes que julguem ser mais adequadas para aquela pessoa. O questionamento também deve ser feito aos textos e à forma como são feitas as perguntas, pois, especialmente em temas que

dividem a população, pequenas mudanças podem gerar respostas completamente diferentes.

A possibilidade de fraudes obviamente não implica a existência delas. O *Vote na Web* não tem seu código aberto, mas Daniele Amaral garante que os administradores da ferramenta estudam submeter o software a uma auditoria. Enquanto isso, assegura que a plataforma é isenta por ser uma espécie de cartão de visita de uma empresa maior, a Webcitizen, que não correria o risco de perder sua credibilidade. Para Diego Canabarro, assessor do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGL.br), é necessário mais que isso: “O código dessas plataformas públicas e privadas que a gente tem usado pra fazer petições e consultas precisa de escrutínio público para ser válido e confiável, especialmente quando as votações passam a interferir diretamente nas casas legislativas”.

**Exclusão digital** – Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 indicam que apenas 49,3% dos brasileiros com mais de 10 anos têm acesso à internet. Os excluídos da rede em geral pertencem a uma parcela da sociedade mais pobre, apartada dos centros urbanos e com menor acesso à educação. Assim, ao realizar políticas públicas ou basear projetos de lei exclusivamente em pesquisas online corre-se o risco de se ignorar a opinião de metade da população brasileira – justamente a parcela que mais necessita de políticas públicas.

Isso significa que devemos jogar fora as novas tecnologias, acabar com as enquetes e petições online

e restringir a democracia participativa às reuniões presenciais? Rafael Sampaio é enfático ao contestar esta opinião. As consultas online devem ser levadas em consideração, funcionando como forma de pressão e até como possibilidade de pautar a política representativa.

Em relação às iniciativas de participação popular digital, “a questão é não ignorar que a exclusão digital acontece”, afirma Rafael Sampaio. A pesquisadora da FEE-RS Ana Júlia Possamai acrescenta que “inegavelmente vai haver desigualdade de recurso, seja ele recurso de informação, tecnológico, organizacional ou financeiro” e que seria uma utopia acreditar que na internet as pessoas poderiam participar igualmente, assim como a distância é uma barreira para muitos em reuniões presenciais. Para Rafael, só não pode ser “uma exclusão tamanha que aquele cara que queira participar seja impedido”.

Rafael comenta que a internet, utilizada em conjunto com outras formas de participação popular, tem poder de levar os debates a lugares onde eles não ocorriam. Comunidades rurais, por exemplo, que normalmente têm menos acesso à rede, frequentemente estão distantes do centro do distrito e acabam nunca participando de uma reunião do OP. Com um computador e uma pessoa para ajudar aqueles que não têm familiaridade com o equipamento, é possível fazer com que uma comunidade inteira vote, seja consultada e participe de reuniões, incluindo toda uma população que historicamente é excluída do processo democrático.

Antônio Assis Brasil, aluno do 5º semestre de Jornalismo da Fabico



# Economia do caderninho

## Consumo

### Hábito que surgiu com a colonização permanece atual em mercearias

Samantha Klein

A sociedade do caderninho persiste em tempos de transações bancárias online. As famosas cadernetas para anotações de compras ainda são usadas em mercados do centro e nos bairros da cidade. Mesmo que os critérios para admissão de novos clientes sejam rígidos, a confiança é o requisito básico para a admissão do 'fiado'. Estabelecido há 23 anos na rua Riachuelo, o Mercado Centenaro tem mais de 50 usuários do caderninho. Em pequenos livros de anotação de capa dura, cada cliente tem em uma página o nome completo e os valores gastos a serem quitados.

Os sócios do 'clube do caderninho', em geral, são clientes há mais de dez anos no estabelecimento. É um privilégio conquistado com a compra diária e o pagamento em dia. "O perfil do comprador é o mais variado. Temos desde aposentados, cabeleireiras, advogados e até um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado que deixa sempre um saldo em favor dele. Ele sempre nos paga a mais do que a conta mensal. Por isso, garanto que a relação com essas pessoas é de confiança", destaca uma das sócias do mercado, Nilse Centenaro.

"Até morto já veio pagar a conta", exclama a empresária. "A tia de um jovem quitou a conta após a morte dele. Foi inesperado. Mas quem é confiável, sempre será. Era um débito de R\$ 40, aproximadamente, e ela fez questão de não deixar em aberto." O fato ocorreu há oito anos.

**Confiança é a base** – Esse tipo de troca comercial existe porque a maioria honra os compromissos, ressalta o professor do Núcleo de Economia Solidária da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Carlos Schmidt: "No meio popular, as pessoas estão sempre correndo atrás do dinheiro. Se um consumidor adquire 1kg de arroz hoje e pode pagar somente no final do mês, essa é uma forma de fidelizar o cliente, mesmo porque o preço é um pouco mais elevado nas mercearias de bairro do que nas grandes redes de supermercados, com exceção dos casos em que os comerciantes se reúnem em grupos para comprar em quantidades maiores".

O consumidor também precisa ter confiança em relação a quem lhe vende as mercadorias. Dos 51 cadastrados no mercado Centenaro, cinco têm as suas próprias cadernetas. É o caso da pensionista Sonia Machado. A ex-cuidadora de idosos prefere comprar fiado por conta das dificuldades financeiras. Quando passava as noites em hospitais acompanhando pacientes, sempre tinha dinheiro disponível. Depois de enfrentar problemas de saúde, abandonou a profissão. "Logo que parei de trabalhar, pedia empréstimos para conseguir pagar as compras. Então, aqui no mercado me orientaram a começar a adquirir no caderninho, o que

fez muita diferença nas finanças. Assim, vou pagando aos poucos e não fica tão pesado", constata.

**Gastos sob controle** – Moradora de um ensolarado apartamento de 11º andar, a poucos passos do Gasômetro, na capital, Nilza Lessa passa os dias bordando e fazendo trabalhos manuais de patchwork. Transforma materiais como tecidos, linhas e miçangas em delicadas almofadas e colchas vendidas em feiras ou sob encomenda. A viúva do jornalista e escritor tradicionalista Barbosa Lessa gosta da rotina no coração do Centro Histórico de Porto Alegre, mas, devido a um assalto, passou a tomar precauções. Como já foi assaltada em pleno meio-dia, não faz operações bancárias nem compras com a mesma liberdade de anos atrás. Foi assim que começou a utilizar o caderninho na mercearia mais próxima.

"Só me lembro dessas cadernetas quando morava em Uruguaiana", se diverte. E faz tempo que a ex-produtora de TV saiu da Fronteira Oeste do estado. Após o casamento, em 1960, o casal mudou-se para São Paulo onde residiu durante 15 anos. Em 1974, voltariam a viver em Porto Alegre, período em que Barbosa Lessa atuou na política e, como secretário estadual de Cultura, foi responsável pela fundação da Casa de Cultura Mário Quintana em 1983. No final dos anos 1980, passaram a morar em um sítio em Camaquã onde produziam ervamate. Foi um longo período sem comprar nada em cadernetinhos, segundo Nilza. A prática foi retomada por segurança em 2002, quando ela voltou a morar em Porto Alegre, dessa vez sozinha,

após o falecimento do marido.

"Compro os alimentos como alface, pães, bolachas, frutas. Aliás, você viu que começaram a vender aquelas bolachas uruguaias?", observa. A *galleta*, como é conhecida em cidades como Alegrete, Uruguaiana e Santana do Livramento, é um biscoito grande que parece um pão de trigo em camadas.

Além dos bolachões, a aposentada controla todos os itens consumidos, e o valor gasto durante o mês é depositado na conta da mercearia. "Poderia fazer saques no terminal do banco na própria Usina do Gasômetro. Mas há aquela praça (Júlio Mesquita) para atravessar. Tenho medo. Por isso, a caderneta facilita muito o dia a dia", explica

**Calotes** – Mesmo que a maioria dos fregueses da economia do caderninho honre seus compromissos, os comerciantes não estão livres de problemas. "R\$ 7! Já tivemos calote nesse valor em cheque", conta Nilse. Ela diz que durante os anos 1990 houve muitos cheques voadores. Por isso, há alguns anos, a placa com os dizeres 'não aceitamos cheques' faz parte da decoração do mercado.

Com as cadernetas também ocorrem episódios de calotes. A empresária se indigna ao folhear as páginas de um dos cadernetinhos de controle e encontrar o nome de um cliente, cujo saldo devedor é de R\$ 1.600. Segundo ela, boa parte dessa quantia é derivada da compra de latinhas de cerveja. "Foi para os Estados Unidos passear e não pagou a conta ainda!", exclama a descendente de italianos. Para a empresária, no centro não adianta pegar dados completos como endereço e local de trabalho dos

compradores. "Eles vão embora. Além disso, nem nos preocupamos com o número de telefone porque é mais fácil comprar um chip novo do que quitar uma conta, não é?"

Dessa forma, a confiança generalizada em relações aos consumidores não é mais a mesma. "Se alguém solicita crédito no caderninho, respondo que somente o coordenador autoriza novos clientes e ele não está no momento. Se insistir, digo que esse coordenador não vem hoje e não faz parte da família. E assim vai até que a pessoa desista." Os aceites agora são raros e concedidos somente àqueles compradores diários e já conhecidos.

**Tradição econômica** – Conforme registros históricos, a utilização da caderneta nas trocas comerciais remonta ao período da colonização. No Rio Grande do Sul, com a vinda de colonos predominantemente açorianos, alemães e italianos consolidou-se a tradição da compra fiada nesse lado do continente.

No norte do estado, conforme ressalta o docente Carlos Schmidt, a comercialização dos produtos acontecia por meio de vários intermediários, portanto, os produtos eram primeiramente importados do exterior ou de estados mais desenvolvidos como Minas e São Paulo e depois distribuídos para as cidades mais distantes.

Nas áreas rurais colonizadas por produtores familiares, existiam as 'vendas' como referência comercial. "Os agricultores produziam a maioria dos alimentos que consumiam, mas compravam mercadorias como café, açúcar e ferramentas de arado. Enquanto o agricultor adquiria esses produtos, toda essa produção de grãos colhida nas propriedades era entregue ao comerciante. Já o dono da venda enviava esses insumos a outros vendedores".

Na visão do docente especializado em economia solidária, essa prática pode ter começado ainda na época da escravidão e permaneceu com a chegada dos trabalhadores libertos e dos imigrantes. Havia um acerto contábil prévio com o proprietário do estabelecimento comercial e a inflação baixa contribuía para a manutenção dessa prática. A baixa circulação de moeda colaborou efetivamente para a conservação desse sistema de compra por muitos anos do século XIX.

De certa maneira, as cadernetas também ajudaram no desenvolvimento econômico gaúcho: "A economia das vendas foi o estopim para a posterior industrialização do Rio Grande do Sul. Os negociantes que conseguiram acumular capital foram os primeiros a iniciar o processo de industrialização. E a economia do caderninho também teve um papel nesse processo, porque significou venda e lucros garantidos aos comerciantes", conclui Schmidt.

FLÁVIO DUTRA/JU



Por conta de dificuldades financeiras, a ex-cuidadora de idosos Sonia Machado passou a fazer suas compras diárias utilizando o caderninho



# Arrancar a ideia das ideias

## Ensino

### *PAG chega ao sexto ano auxiliando graduandos a compreender nossa língua*

Samantha Klein

O *Crime do Padre Amaro* foi o primeiro livro que Pedro precisou ler no ensino médio. A história da atração sexual e do amor proibido protagonizado por um pároco de Leiria, Portugal, aliada à forte crítica realizada pelo escritor Eça de Queiroz em relação à igreja, não cativou o aluno na época. A obra, escrita em 1875, traz como dificuldade adicional as diferenças da grafia do século XIX em relação ao português da atualidade.

“O problema é a obrigação da leitura de determinados textos. Na escola nos fazem ler livros que não têm conexão com a realidade. Além disso, tinha que interpretar conforme a visão do escritor. Não podia decifrar *Dom Casmurro*, por exemplo, sob a minha ótica. Não à toa, recorria aos resumos na internet”, considera o mestrando Pedro Verran. Com o ensino da literatura alheio à sua realidade aliado a interesses por outras áreas, o jovem se distanciou da leitura de romances.

Do ensino médio para o curso técnico em Meio Ambiente, novos textos foram surgindo, assim como o interesse por áreas como História, Geografia, Psicologia e biografias de músicos. Quando ingressou na graduação em Geografia na UFRGS, algumas leituras se tornaram um obstáculo para o estudante. “Diversos autores têm conceitos completamente diferentes sobre território, por exemplo. Alguns textos acadêmicos são longos e parecem ser muito herméticos”, conta o estudante. No ano passado, surgiu a oportunidade de aprimorar a leitura e a produção de textos e Pedro iniciou uma oficina de produção de textos dissertativos no Programa de Apoio à Graduação (PAG).

Ministradas por professores e pós-graduandos do Instituto de

Letras da Universidade, as aulas são focadas na leitura e escrita de resumos, resenhas, artigos científicos, monografias, defesa de TCC e gramática. Depois de cursar a oficina, o estudante diz que ficou mais fácil absorver as ideias dos pensadores utilizados como base para as disciplinas da Geografia. Exemplo disso foi a melhor compreensão de Milton Santos, geógrafo que escreveu *Por uma outra globalização*, obra que expõe os problemas do sistema global de produção que aprofundou a exclusão social e acirrou a competitividade interestatal. “Percebi que o Milton Santos é muito prolixo ao escrever. Dessa forma, somente na aparência é difícil compreender seu texto. Consegui retomar a leitura desse autor sem pressa. Aliás, percebi que para ler e escrever sobre tal assunto ou autor é preciso tempo. Achava que se tratava de um problema, mas as oficinas me mostraram que isso é normal”, avalia.

**Aprimoramento** – Criado em 2010, o Programa de Apoio à Graduação surgiu como uma estratégia para a manutenção dos estudantes nos cursos de graduação, oferecendo reforço acadêmico em áreas como cálculo, português, produção de textos, química, física e inglês. Na época, houve expansão das vagas na universidade com a diversificação do perfil dos estudantes e percebeu-se a necessidade de fortalecer o ensino dessas disciplinas.

Em 2014, o programa foi institucionalizado por meio da portaria 799, que prevê a excelência acadêmica com inclusão social, deixando de ser ocasional para se tornar uma política da UFRGS. Segundo esse documento, a inovação pedagógica passa pela incorporação de novos métodos de ensino. Nesse contexto, o projeto *Leitura e Produção de Textos em Língua Portuguesa* procura incentivar a relação entre pesquisa e ensino por meio de uma equipe formada por alunos de pós-graduação na área de Estudos da Linguagem do PPG e da graduação em Letras.

Uma relação mais direta com o dia a dia dos estudantes é realizada a partir da análise de textos publicados em revistas ou da avaliação de filmes que necessitam de interpretação mais apurada. Pedro Verran destaca a longa-metragem *A origem* do diretor britânico Christopher Nolan. No roteiro, é possível en-

trar na mente humana através dos sonhos. “Esse é um filme bastante complexo e, por isso, um desafio de interpretação. Depois de assisti-lo tive de fazer uma resenha. O resultado foi bom, porque o professor do PAG indicou que eu publicasse em um site sobre cinema. Para entender, precisei de um tempo assim como de pesquisa em teoria dos sonhos”, recorda o mestrando em Geografia.

A coordenadora do PAG Português, Carmem Luci da Costa Silva, destaca que ao ingressar na universidade o aluno se depara com o fato de que o uso qualificado da língua faz parte de todas as atividades independentemente do curso realizado. “Para produzir conhecimentos em seu campo de saber, torna-se necessário o estudante desenvolver habilidades em leitura e em escrita que envolvem não somente a familiaridade com os distintos gêneros como também a exploração, na leitura desses gêneros, das pistas direcionadoras de sentidos.”

**Monitoria** – O programa de fortalecimento em português também

tem sido uma oportunidade para os estudantes da graduação colocarem em prática o ensino por meio do acompanhamento da produção dos alunos nas oficinas. Atualmente, quatro monitores da graduação em Letras fazem parte da equipe.

Foi no prazer de verificar a evolução dos alunos em termos de compreensão de leituras e produção de textos que a estudante do nono semestre de Letras, Raphaela Monteiro, teve certeza absoluta da sua paixão pela sala de aula. Ela conta que a liberdade dada pelos docentes para que os monitores opinem sobre os conteúdos e acompanhem os participantes das classes facilita a interação com os estudantes: “Além de auxiliarmos os docentes, temos um contato direto com os alunos. Os textos que eles produzem passam pela correção dos monitores e são re corrigidos pelos professores. Gostamos de conversar diretamente com cada um dos integrantes das oficinas, tendo suas produções nas mãos para que os esclarecimentos sejam completos. Isso nos enri-

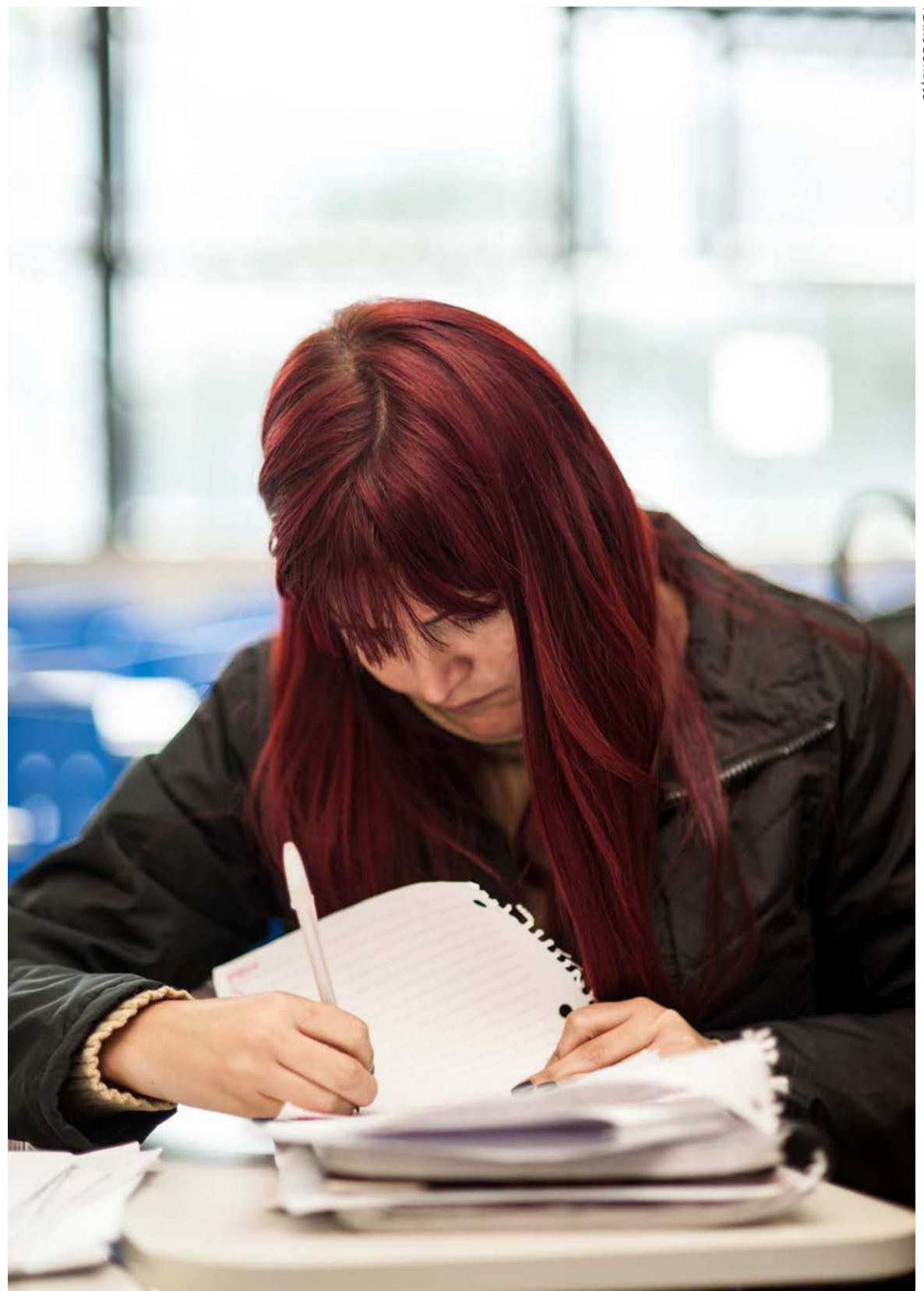
quece muito. Foi no prazer de ver e perceber o momento no qual eles entendem o que eu estou explicando que pude me dar conta do quanto é maravilhoso ser professor”.

Qualquer monitoria é válida como aprendizado, conforme Raphaela. De acordo com a monitora, o PAG Português é praticamente um estágio, pois é uma prática semanal sobre o que é o ensino e sobre o que é a troca aluno-professor. “Não conheço um monitor/professor do projeto que não seja encantado com o seu trabalho”, ressalta.

Por outro lado, a aluna lamenta que as oficinas não tenham um lugar fixo dentro da Universidade. “Sou parte do projeto há um pouco mais de um ano e a cada semestre temos de solicitar um novo espaço. Outra situação que gostaríamos de poder melhorar é a divulgação do PAG. Apesar de sempre recebermos muito retorno de alunos interessados, via Facebook e cartazes espalhados pelos câmpus, acho ela ainda poderia ser mais expandida”, conclui.

## Saiba como participar

As atividades atualmente realizadas no Câmpus Centro são gratuitas e direcionadas a alunos matriculados na Universidade que apresentam dificuldades e/ou interesse em leitura e em produção de textos em Língua Portuguesa. O público que tem procurado o projeto, em sua maioria, está vinculado às áreas de ciências humanas e da saúde, que exigem trabalhos que envolvem a leitura de textos científicos e o uso da escrita acadêmica. “Os alunos que cursaram as oficinas mostram evolução em suas produções escritas e na leitura, porque as atividades lhes permitiram o aprimoramento dos três níveis de competência - interação, gramatical e textual -, inclusive com a aprovação de trabalhos inscritos para eventos científicos. Os resultados são muito gratificantes”, conclui a coordenadora Carmem Luci. A oficina deste semestre segue até o final do mês. Para as próximas edições, os interessados podem entrar em contato com os organizadores do programa pelo endereço pagportugues@gmail.com.



Alunos de diferentes cursos participam do projeto do Instituto de Letras, como é o caso de Letícia Rodrigues



# Experiências múltiplas

Em *A Bela e Fiel Ariadne*, encenada no Instituto de Artes, Marcia Kaiser interpreta a protagonista da ópera que tem música de Johann Conradi e libreto de Christian Postel

## Ariadne Projeto Ópera na UFRGS lota o Auditorium Tasso Corrêa

Felipe Ewald

A *Bela e Fiel Ariadne*, ópera do barroco alemão, com música de Johann Conradi e libreto de Christian Postel, teve três apresentações no final de junho no Instituto de Artes. A distribuição de senhas para ingresso uma hora antes do espetáculo foi concorrida, esgotando a capacidade da sala tanto nas noites de sexta e sábado como na manhã de domingo.

O público, curioso pelo que iria encontrar, se agitava na fila, formando pequenos grupos bem heterogêneos. Muitos não haviam visto as outras duas montagens – *Dido e Enéias*, de Henry Purcell, e *Orfeu*, de Claudio Monteverdi – realizadas pelo projeto *Ópera na UFRGS* em anos anteriores. Alguns, aliás, nunca haviam assistido a uma ópera na vida. É o caso de Rosângela Carli, 55, cuja motivação inicial para comparecer era a sobrinha do esposo, que fazia parte do coro do espetáculo. “Embora a gente não entenda muito, o som e a tonalidade são muito bonitos!”, revela.

Para aqueles que vinham pela primeira vez em uma edição do projeto, como Geni Chaves, 64, servidora aposentada da Universidade, estar ali era uma oportunidade preciosa, em função do acesso limitado a esse tipo de obra. “Fiquei curiosa, até porque a gente

fica assistindo sempre as mesmas coisas e eu acho que tem que conhecer um pouquinho de tudo”, assevera. Para ela, há um interesse especial na formação de espectadores. “Eu fui assistir a primeira ópera quando já era aposentada; então, como a gente vai apreciar e entender? Até foi difícil quando assisti as primeiras vezes”, lembra.

**Muitas razões** – Em busca de senhas havia ainda o público fiel que acompanha o projeto desde a montagem de *Dido e Enéias*, como é o caso de Hélivia Miotto, 75, música e educadora, que se diz uma admiradora contumaz. Seu interesse foi renovado por conta do ineditismo desta versão de *Ariadne*, que foi originalmente apresentada em 1691 e depois passou cerca de 300 anos esquecida, até ser recuperada, sendo ainda hoje pouco divulgada.

Também se encantou pelas apresentações do *Ópera na UFRGS*

a enfermeira aposentada Erica Diesel, 68, que se vê seduzida pela mitologia grega – “é um vislumbre” – e pela música barroca – “é uma coisa que me faz sentir muito”, declara. Sua admiração provém, igualmente, da constatação do privilégio que é testemunhar um evento como este. “Que bom que é gratuito, pois as portas vão se abrindo; eu sou de terceira idade, mas também tem jovens. Isso é muito importante!”, constata.

De fato, a fila esteve repleta de espectadores jovens, como o estudante de psicologia Leo Tietboehl, 23, que faz seu trabalho de conclusão de curso sobre o mito do labirinto (que está no centro da trama de *A Bela e Fiel Ariadne*). “Vi no jornal uma matéria sobre a ópera e resolvi vir”, justifica.

Além da mitologia, a porta de entrada desse público para a ópera é o interesse em comum pela música, caso de Renan Garcia,

25, músico e estudante de Artes Visuais. “Eu comecei a conhecer mais música clássica por causa do estilo de metal que a gente toca. Mas eu sou mais *rock’n’roll*, nunca fui a fundo”, observa o guitarrista de roupas pretas e cabelos longos. Já o companheiro de banda, Maurício Gomes, 22, busca um contato mais intenso com a musicalidade erudita, pois pretende ingressar no curso de Música da UFRGS no próximo ano. “Eu acabei virando um grande apreciador de arte de uns tempos para cá. Acho que a ópera é uma boa oportunidade de vivenciar isso”, conclui.

Outro que se viu fisgado foi o violinista Marco Aurélio Domingos, 19, músico da Orquestra Jovem do Rio Grande do Sul. “Sempre adorei muito música e filme, mas depois que conheci a ópera, meus preferidos passaram a ser música e ópera, porque achei sensacional a atuação ali, no mo-

mento, com a música ao vivo; é emocionante demais!”, admira-se.

**Produção** – A montagem de *A Bela e Fiel Ariadne* resultou de uma parceria entre o Instituto de Artes e o Departamento de Artes da Universidade Federal do Paraná. A direção geral refletiu esse elo colaborativo, ficando a cargo das professoras Lúcia Carpena, da UFRGS, e Silvana Scarinci, da UFPR. A produção, que envolveu mais de cinquenta pessoas entre cantores, bailarinos, músicos e técnicos, teve récitas em Curitiba anteriores às realizadas em Porto Alegre. Os solistas e bailarinos estiveram presentes em ambas, enquanto a orquestra e o coro foram locais. A encenação foi apresentada em alemão, com legendas em português. No libreto, todo ilustrado com uma gravura labiríntica, também constou o texto nas duas línguas.

## Espaço de aprendizagem

O encantamento provocado pela montagem de *A Bela e Fiel Ariadne* no público quase faz esquecer que – além do propósito de oferecer um espetáculo de qualidade à comunidade – trata-se ainda de uma instância de ensino e pesquisa. A equipe envolvida no projeto está em processo de formação, defrontando-se com novas experiências.

Para músicos de orquestra acostumados a concertos compostos por diferentes movimentos, a ópera traz uma vivência diferente. “Uma das contribuições é o fato de não haver intervalos para parar e respirar. Portanto, exige muita atenção dos músicos. É um laboratório para o estilo, para a técnica, mas também para treinar a concentração total”, observa o maestro Diego Schuck Biasibetti, regente da orquestra. Além disso, ressalta, tudo está interligado: “Se há uma briga na cena, isso se reflete na música”.

Outra peculiaridade surge por conta da característica do período barroco. Com uma

maior exposição das emoções, ele é rico em ornamentos e contrastes. “Isso acaba por exigir um grande domínio da técnica, pois é necessário explorar os limites das possibilidades sonoras dos instrumentos para caracterizar as emoções intensas”, assevera. A extrapolação dos limites eleva-se, segundo ele, a um nível sarcástico, em que o som produzido chega a ser “feio”.

Se, por um lado, a execução musical foi historicamente orientada, ou seja, reproduzindo a sonoridade barroca, por outro, a cena buscou a atualização com elementos contemporâneos, mas sem deixar de lado os contrastes extremos, transitando entre o monástico e o suntuoso. Assim, os figurinos, por exemplo, buscam uma estética cotidiana: “São roupas comuns, que qualquer pessoa poderia usar na rua”, comenta a professora Camila Bauer, responsável pela direção cênica. Além disso, são, na maioria, monocromáticos – do branco neutro ao vermelho encarnado –, da mesma forma que

os cenários, criados apenas com projeções ao fundo, sem elementos cênicos.

Segundo ela, o trabalho de criação da encenação, em função da parceria com a UFPR, foi feito em um curto espaço de tempo, e gerou grandes desafios para os estudantes, uma vez que entre eles havia alguns calouros e outros que nunca tinham assistido a uma ópera.

“Tudo ocorreu no período de um mês, a partir da improvisação de bailarinos e solistas, com intervenções pontuais minhas”, lembra Camila.

O resultado foi uma coreografia impregnada de um caráter alegórico, marcada pela quase ausência de interação entre os bailarinos e os personagens. Revelam, assim, elementos ocultos no texto, aquilo que os personagens sentem, mas não alcançam expressar: as paixões e os conflitos. “É como se a voz entrasse no corpo dos bailarinos e se transformasse em impulso para os movimentos”, explica a professora.



# Rumos do letramento científico

**Ensino médio** *Projetos de popularização da ciência ampliam articulação entre universidade e escola*

Felipe Ewald

Alan Alves Brito tinha oito anos quando o cometa Halley passou próximo à Terra. Em sua casa, no interior da Bahia, houve um acidente – “caiu tipo um risco (raio) e quase matou todo mundo” – e isso, em seu universo infantil, se associou à passagem do corpo celeste, até porque, recorda, “todo mundo dizia que o cometa ia destruir tudo”. Mas o que parecia o fim do mundo, de fato, foi o despertar para uma

trajetória na ciência. Hoje, ele é professor adjunto do Instituto de Física da UFRGS. No entanto, até chegar aí teve alguns percalços.

Com 13 anos, já em Feira de Santana, fundou um clube de ciências por meio do projeto Ciranda da Ciência – iniciativa mantida pela Fundação Roberto Marinho e pela Hoechst do Brasil que envolvia transmissões televisivas e materiais de apoio. O clube, contudo, não teve seguimento porque o adolescente não tinha condições financeiras

para enviar as tarefas solicitadas pela organização. “Fiz tudo isso por conta desse programa que passava na Rede Globo de manhã cedo. Madrugava para assistir e ficava encantado com as feiras de ciências, mas isso era um mundo bem distante, porque eu era estudante de escola pública e não tinha nada de ciência, nem laboratório ou biblioteca”, lembra.

A carência de motivação por parte da escola e a falta de apoio intelectual e financeiro para desenvolver suas ideias durante a

adolescência fazem com que, atualmente, estabeleça como prioridade desenvolver projetos de difusão científica. “Se a gente vive num país rico, mas com uma população que não é capaz de entender o resultado de uma pesquisa, a culpa é nossa; os cientistas não estão desempenhando o papel que lhes caberia e a universidade não está cumprindo sua função”, comenta Alan.

**Talentos despertados** – Diante desse diagnóstico das limitações da escola pública e da omissão

da universidade em difundir os conhecimentos produzidos, o professor elaborou um projeto em que essas duas instâncias ganham uma articulação. Assim nasceu *Astronomia e física moderna no ensino médio*, com o objetivo de utilizar a Astronomia como elemento motivador para discutir conceitos mais elaborados da física moderna, e assim divulgar os resultados da pesquisa realizada na Universidade sobre como os elementos químicos da tabela periódica são formados no universo

Em encontros quinzenais, a equipe da Escola Estadual de Ensino Médio Valter Jobim, em Viamão, recebe formação para identificar elementos químicos nos espectros obtidos por observatórios astronômicos e para associar a presença de um ou outro elemento com a temperatura e a cor das estrelas. Entre as atividades está também a observação do céu no telescópio e na simulação computacional. “Minha preocupação era suprir lacunas de física moderna (cores e temperaturas) que parte dos estudantes nem chega a ver, ou quando veem é de forma incipiente”, comenta o coordenador Alan.

Integrante da equipe, a professora Tanaby Rodrigues, que leciona Biologia na escola, considera a iniciativa importante para fazer a ligação das disciplinas com a vida prática. “Ela amplia o conhecimento e as perspectivas dos alunos em termos de participação na ciência e de aproximação da universidade”, comenta. Essa é também a impressão de João Pedro Andara, um dos bolsistas. “Que a ciência era algo complicado eu sempre soube, mas agora compreendo um pouco melhor, quando escuto alguma coisa.”

Antes de se envolver com o projeto, João Pedro, apesar do interesse, e de morar próximo ao Câmpus do Vale, nunca havia entrado na Universidade: “Eu sempre queria ir até a UFRGS, mas nunca tinha um real motivo. Agora eu tenho.”

**Picmel** – O projeto recebeu financiamento do Programa de Iniciação em Ciências, Matemática, Engenharias, Tecnologias Criativas e Letras (Picmel), promovido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Com o propósito de despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais nos alunos do ensino fundamental e médio público, o programa recebe projetos submetidos por pesquisadores. Além de auxílio financeiro para aquisições e despesas, também são concedidas duas bolsas de orientação para professores do ensino fundamental ou médio e seis bolsas de Iniciação Científica Júnior para alunos da escola.



Professor Alan Alves Brito em sua sala no Instituto de Física, onde recebe a equipe da Escola Estadual de Ensino Médio Valter Jobim

## Vivenciar a produção de conhecimento

Entre os estudantes na faixa dos 15 anos, 61% apresentam baixo desempenho em Ciências. Os dados são do último relatório do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) realizado em 2012. Isso significa que eles, na melhor das hipóteses, encontram explicações óbvias que decorrem explicitamente das evidências expostas.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ligado ao Ministério da Educação, classifica o termo letramento científico como referindo-se, por um lado, à compreensão de conhecimentos científicos e, por outro, à capacidade de aplicá-los, além da habilidade de identificar as especificidades da perspectiva científica.

A professora da Faculdade de Educação da UFRGS Russel Teresinha Dutra da Rosa acredita que um aspecto que explica a defasagem de letramento científico diz respeito ao fato de o livro didático, em geral, se assemelhar a um dicionário. “São muitas definições fragmentadas que não partem de questões de investigação, de hipóteses, de concepções teóricas ou de alguma controvérsia. Para o aluno, lá pelas tantas, é muita palavra que não conecta com nada. Então, ele decora para a prova e não consegue compreender”, conclui.

Com o projeto *Análise de processos de*

*produção de conhecimentos na interação com materiais didáticos*, também contemplado em edital do Picmel, a docente e sua equipe buscam reduzir a dificuldade de acesso ao conhecimento científico, aproximando a ciência escolar do que acontece na prática na vida das pessoas, seguindo a concepção de que a aprendizagem se dá pela vivência da prática de pesquisa.

Para Russel, trata-se de uma oportunidade para consolidar ações experimentadas nos estágios – que ela supervisiona na Licenciatura em Biologia –, mas ainda não absorvidas na realidade escolar. “É complicado porque o contexto de trabalho dos professores é muito difícil. Todos são sobrecarregados”, observa. Assim, a ideia é que as atividades dos bolsistas do Colégio Estadual Padre Rambo, em Porto Alegre, tenham uma repercussão no conjunto do ensino médio através da elaboração de materiais adaptados a sua realidade.

O trabalho desenvolvido pelos alunos, todos do segundo ano noturno, envolve o levantamento do perfil sociocultural e dos temas de interesse dos estudantes. Cássio Steinbach, 17, e Dorival Lopes, 18, relatam que isso foi feito por meio da elaboração e aplicação de um questionário. A partir do

tema mais recorrente, sexualidade, realizaram discussões em pequenos grupos focais para trocar opiniões e tirar dúvidas. Jéferson Lopes, 23, comenta a relevância de o trabalho ter sido conduzido por eles: “Por não ser um palestrante de fora, os colegas não se sentiram tão pressionados e conseguiram conversar sobre o assunto”. “Agora a gente vai ter uma capacitação sobre sexualidade para poder debater mais e elaborar os vídeos – resultado final do trabalho –, que serão apresentados para os colegas”, concluem Jennifer de Freitas e Graziela da Rosa, ambas com 18 anos.

As professoras orientadoras contam que, diante do comportamento anterior, o progresso dos alunos é notável. “Eles estão superando suas dificuldades. A autonomia, a pró-atividade e o protagonismo são o que mais me impressiona”, destaca Luciane Nicola, supervisora escolar.

Para Caroline Dal Bosco, docente de Biologia da Escola, é fundamental a oportunidade de eles transitarem no meio acadêmico e se apropriarem dele. “Se a aproximação universidade-escola fosse melhor estimulada, talvez atingíssemos mais estudantes com potencial que estão ficando à parte; se for pensar, só cinco bolsas de Iniciação Científica Júnior é muito pouco”, complementa.



# O crocodilo inquieto



No espetáculo para a série *Irreverentes* do projeto Unimúsica 2015, Arrigo apresentou o repertório de seu primeiro disco com arranjos renovados e nova formação

## Unimúsica Arrigo Barnabé reflete sobre a experiência de revisitar Clara Crocodilo

Passados 35 anos do lançamento de *Clara Crocodilo*, álbum que virou a música popular brasileira de cabeça para baixo e o estabeleceu como um dos grandes compositores do país, Arrigo Barnabé não perdeu a urgência de criar e produzir.

Além do projeto *Claras e Crocodilos* – que ele trouxe a Porto Alegre no dia 11 de junho, em apresentação que abriu a temporada 2015 do Unimúsica – o músico paranaense segue ativo com múltiplos trabalhos nos quais exercita sua capacidade de reinvenção. Em novembro, terá um mês agitado em São Paulo, com atividade dupla: será encenada sua ópera *O Homem dos Crocodilos* e participará como narrador de *Édipo Rei*, de Stravinsky. “Tenho trabalhado demais”, queixa-se Arrigo, que poucas horas antes do concerto no Salão de Atos da UFRGS estava concluindo a trilha sonora para uma peça do grupo teatral *Sobrevento*. No dia seguinte, retornaria à capital paulista para uma apresentação do show *Caixa de Ódio*, no qual interpreta canções de Lupicínio Rodrigues.

É admirável que o expoente do movimento Vanguarda Paulista ainda tenha achado tempo para voltar os olhos para o seu álbum clássico de 1980. Em *Claras e Crocodilos*, o repertório ganha frescor com

os arranjos renovados e fôlego com a energia da nova formação. O nome dado ao projeto é uma brincadeira com a atual banda, composta por quatro meninas: Ana Karina Sebastião (baixo), Mariá Portugal (bateria e voz), Maria Beraldo (clarinete e voz) e Joana Queiroz (sax tenor, clarone e voz) – e pelos crocodilos Paulo Braga (piano), Mário Manga (guitarra) e Arrigo (teclado e voz). Com exceção de Joana, as garotas já trabalhavam com o compositor no grupo *O Neurótico e as Histéricas*, apresentando composições do músico e comunicador Hermelino Neder. Já Paulo e Mário são parceiros de longa data do compositor. Com o pianista, Arrigo fez o álbum *Ao Vivo, em Porto*, no qual gravaram versões do repertório de *Clara* arranjadas para um duo de pianos.

Com o entusiasmo proporcionado por essa combinação de juventude e experiência, o grupo entrou em estúdio e gravou o novo repertório para o selo francês Défis. O álbum, que não tem previsão de ser lançado em formato físico, pode ser encontrado virtualmente no endereço: [www.labeldefis.com/arrigo](http://www.labeldefis.com/arrigo).

### Como surgiu a ideia de revisitar o Clara Crocodilo?

Foi totalmente ao acaso. Eu não tinha a menor intenção de revisitar o disco. Mas, em 2013, surgiu esse convite para o Festival de Vanguardia no Chile, onde me pediram especificamente que eu apresentasse o *Clara*. Como havia gostado da experiência de tocar com as meninas, as convidei para esse projeto e reescrevi todas as faixas. Nem parei para pensar sobre o álbum, simplesmente aceitei o convite e fui trabalhar nos arranjos.

### Qual foi o pensamento por trás dos novos arranjos? Havia a pretensão de dar um tom mais jazzístico ao repertório?

Como eu já tinha experiência com show no exterior, sabia que é difícil se comunicar, e como pode ficar chato, se o público não entende a letra. Por isso, escrevi os novos arranjos com muita ênfase no instrumental e bastante espaço para improvisos. Foi importante o fato de eu já conhecer bem as meninas pela experiência no *O Neurótico e as Histéricas*. Então, sabia que elas dariam conta do que eu propusesse e elaborei os novos arranjos considerando as características de cada uma delas como instrumentista. Ajudou também que tínhamos outras três gravações com versões distintas das músicas para usar como referência – a original de 1980; uma ao vivo, de 1999; e a com o Paulo Braga, no *Ao Vivo, em Porto*. Em meados da década de 1980, eu já havia feito versões mais jazzísticas do *Clara*, uma para o programa *Fábrica de Som*, da TV Cultura e outra no Festival de Jazz de Berlim, onde tocamos com músicos locais que não conseguiram entender as partituras que levei, nos forçando a fazer um show bastante focado no improviso. Mas sim, essa nova versão tem realmente uma cara mais próxima ao jazz. Porém, acho que estão com uma pegada ainda mais rock.

### Achas que atualmente o cotidiano urbano está mais próximo do universo do Clara, que tem um cenário bastante violento e degradado, com as pessoas buscando incessantemente a distração alienada?

Em termos de violência, com certeza. Já essa busca pela diversão

barata considero ser característica e vocação do ser humano. Acho que é algo que vai estar sempre acompanhando o homem. Mas claro, a oferta de novos aparatos para distração está aumentando constantemente.

### Como vem sendo a trajetória do projeto desde então? Percebes diferença na reação do público de agora em comparação à época em que o disco foi lançado?

O projeto começou como algo sem nenhuma outra pretensão que não fosse ir tocar lá no Chile. Mas, como a gente gostou muito do resultado, e considerando também o trabalho que foi reorganizar tudo, resolvemos continuar com concertos em São Paulo. Como a recepção foi bastante positiva, levamos o show para o Rio de Janeiro e Fortaleza. Quanto à reação da plateia, não vejo muita diferença. Até por que o público que curte esse tipo de música segue muito parecido. Na época, era um repertório bastante diferente do que as pessoas estavam acostumadas, então eu ficava muito surpreso quando o público ficava tão contagiado que a gente tinha de voltar três ou quatro vezes ao palco para o “bis”. Falando até parece que eram grandes teatros lotados, enquanto, na verdade, eram salas de pequeno porte, com capacidade de 150 pessoas em média. De qualquer forma, o entusiasmo era impressionante.

### A mídia sempre gostou de rotular a ti e aos outros membros da Vanguarda Paulista como malditos. Essa categorização te incomoda?

Eu nunca entendi muito bem esse lance de ficarem nos chamando de malditos. Para mim esse ter-

mo se refere a uma ideia de estagnação. E a gente nunca estagnou, sempre seguiu produzindo. Eu, por exemplo, cheguei a abandonar a música popular para ficar dez anos só trabalhando em composições eruditas. Entendo que, por vezes, se utilize a palavra maldito para referir a alguém que está à margem do que é comercial, mas eu sempre associo com algo que está parado, que não produz, então não consigo sentir esse rótulo.

### O Lupicínio Rodrigues ficou muito estigmatizado como o compositor da “dor de cotovelo”. Que características te atraíram para a obra dele e te levaram à criação do Caixa de Ódio?

Acho que, principalmente, o humor e a ironia das composições. As canções dele são muito abertas, permitindo uma diversidade de interpretações. Elas possuem certa proximidade com o mau gosto, que abre a possibilidade de uma interpretação bem radical, e isso é algo que me atrai bastante.

### Considerando que tu sempre foste mais conhecido e identificado como um compositor, como foi trabalhar no Caixa de Ódio, em que estavas no papel de intérprete?

Foi ótimo. Estar no palco interpretando é uma experiência tão intensa que é como ganhar uma nova vida. É um momento único, nunca há repetição. É uma experiência de consciência do instante original. Então, interpretar o Lupicínio foi algo que gostei muito, tanto que depois eu fiz o projeto com as músicas do Hermelino Neder.

João Pedro Teixeira, aluno do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



# As fronteiras do combate

## Oriente Médio Oposição ao EI é freada por interesses políticos

Em junho de 2014, notícias de um avanço terrorista no Oriente Médio chegavam ao ocidente. O grupo autodenominado Estado Islâmico (EI) tomava cidades iraquianas e matava seus opositores. Hoje, o EI controla metade da Síria e uma grande parte do Iraque. Para especialistas, as ambições políticas dos países da região têm obstruído as investidas para deter a organização.

**Caos** – O Estado Islâmico surge no contexto do caos germinado em conflitos ainda do século passado. A partir de 1979, o Iraque desenvolveu-se sob o governo sunita de Saddam Hussein. Em 1988, a guerra Irã-Iraque resultou na destruturação de ambas as nações. Já a Guerra do Golfo, que em 1991 destruiu novamente a região, marcou o início da discórdia entre Saddam e os EUA, enquanto xiitas iraquianos organizavam oposição tanto ao governo, quanto à força que o grupo sunita Al-Qaeda ganhava no país. A população iraquiana é composta por cerca de 97% de islâmicos, divididos entre xiitas – que são maioria – e sunitas, cujas diferenças religiosas têm sido usadas como pretexto para disputas de poder.

Em 2003, uma coalizão liderada pelos EUA invadiu o Iraque com o intuito de, nas palavras do então presidente Bush: “Libertar o povo iraquiano”. Willian Moraes, bolsista do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais da UFRGS (Nerint), explica que: “Do dia pra

noite, todas aquelas pessoas qualificadas do governo foram despedidas e acabaram se marginalizando”. Eleições resultaram na vitória xiita, desencadeando uma sangrenta guerra civil que se estendeu por anos, até que, em 2011, Barack Obama anunciou a retirada das últimas tropas.

O Iraque, porém, estava longe da estabilidade. As militâncias sunitas, marginalizadas pelo governo xiita, ganharam a participação de militares e burocratas destituídos do poder. Os curdos, etnia de aproximadamente 17% da população iraquiana e habitante da região norte do país, fortaleceram seu exército devido à instabilidade política. O primeiro-ministro da época, Nouri al-Maliki, que até o início da retirada das tropas respondia às ordens dos EUA, passou a excluir os sunitas do governo. Como aponta o docente do Departamento de História da UFRGS Dario Teixeira: “O cenário, na época do surgimento do EI, era de caos absoluto causado pela destruição do estado iraquiano e pela divisão do país em áreas segregadas”.

**Dinheiro** – Em outubro de 2006, o Estado Islâmico proclamou um califado em seis províncias iraquianas de maioria sunita. O grupo veria na guerra civil síria, em 2011, a chance de fortalecer seu sistema em um território minado pela insatisfação civil e por guerrilhas urbanas. Desde então, a facção criou um grupo fortíssimo que hoje, além de retornar ao Iraque tomando cidades estratégicas, domina um território comparável ao de países da região.

Estima-se que o EI lucra cerca de três milhões de dólares por dia apenas com a venda de petróleo. Esse valor, somado às fortunas das cidades que toma, faz o grupo ter um valor estimado na casa dos bilhões. Membros são recrutados

em todo o mundo e doações online podem ser feitas. Willian comenta que, em troca da mínima ordem governamental, algo há anos escasso no interior do país, a população iraquiana precisa viver sob regras rígidas embasadas na religião. Porém, o estudante explica que o EI não representa o islã de hoje, pois este o instrumentaliza para sua guerra. “O islã foi modernizado, enquanto os seguidores dessa facção acreditam que as intervenções estrangeiras destruíram o tecido social do mundo árabe”, comenta.

**Conflito** – A oposição ao EI iniciou-se pelo exército iraquiano de forma lenta e ineficiente. Além do quesito histórico relatado anteriormente, uma das causas da fraqueza da organização é sua extrema corrupção, explícita no pagamento de salários a milhares de alistados inexistentes ou já mortos. O exército de Assad, por sua vez, estava envolvido com a guerra civil síria, enquanto os curdos organizaram forte resistência ao avanço do grupo. Milícias xiitas e cristãs também se constituíram. Nenhum desses grupos, contudo, teve força para barrar a investida do EI no ano passado.

Segundo documentos que vazaram no início deste ano, a inteligência estadunidense sabe desde 2012 das intenções do EI de instaurar um califado na região. Durante anos, os EUA defenderam o fim das ditaduras no Oriente Médio, financiando guerras. Porém, nunca demonstraram interesse em instaurar democracias em seus aliados econômicos regionais. Como aponta Willian, a sunita Arábia Saudita, por exemplo, é forte aliada dos EUA e possui um código de leis muito semelhante ao do Estado Islâmico.

No momento em que começava a surgir um grupo forte que ameaçava a ditadura de Assad, o país

norte-americano recuou sua intervenção. Willian aponta semelhança quando, décadas antes, os EUA incentivaram grupos contrários à presença soviética na região que, depois, formaram a Al-Qaeda. Com o avanço do EI, o posicionamento oficial do governo dos EUA teve de mudar. Contudo, como destaca Dario: “Há uma grande diferença entre o discurso e as práticas estatais”. Ele também aponta que empresas de mercenários estadunidenses já foram descobertas ajudando o EI a aprimorar suas táticas de guerra.

O combate ao Estado Islâmico é complexo pelo fato de ele constituir uma milícia urbana que se infiltra nas cidades. Ambos os pesquisadores sustentam que, para resolver essa situação, ataques aéreos dificilmente bastarão, como o próprio conflito vem demonstrando. O envio de soldados internacionais enfrenta o temor dos governantes à reação de sua população com a possível chegada de caixões fechados. Dario complementa que a entrada de tropas internacionais e a tentativa de impor seus sistemas organizacionais pode fortalecer o nacionalismo e, assim, o surgimento de novos confrontos. Desse modo, a aliança tende a qualificar os exércitos da região, enquanto estuda práticas de apoio à construção de estados fortes. O problema reside nos acordos que talvez se formem para esses objetivos e, é claro, nas exigências intrínsecas a eles.

**Futuro** – As investidas dos EUA no Oriente Médio desestabilizaram intensamente a região, o que possibilitou o fortalecimento de seu inimigo histórico, o Irã. Hoje, o país compete por influência com a Arábia Saudita, sua potência regional antagonista. A nação saudita por muito tempo enviou armas e dinheiro à oposição de Assad, por esse ser aliado

do Irã e, atualmente, especula-se que vários príncipes sauditas de origem sunita doem dinheiro ao EI, segundo os entrevistados. Já Israel, outro associado dos EUA na região, está silencioso perante o confronto pois, segundo Willian, assiste a seus inimigos se enfrentarem enquanto não é prejudicado.

Já o Irã vem demonstrando interesse em, a partir do combate, intensificar seu poderio na região. Enviou algumas tropas e aguarda o consentimento de outros países para aumentar sua intervenção. Entretanto, a investida iraniana possivelmente não seria aceita pela população do Iraque, uma vez que o governo xiita do Irã apoiou a coalizão também xiita que tomou o poder e oprimiu os sunitas. Willian lembra que “cidades sunitas iraquianas, hoje sob o comando do EI, chegaram a ter quartéis gerais apedrejados por civis que viam neles o exército do Irã”.

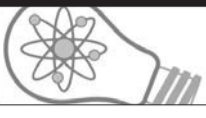
A Turquia, país fronteiriço com a Síria e com o Iraque, está alheia ao confronto, “o máximo que ela tem feito é, de vez em quando, prender um europeu que tenta se unir ao Estado Islâmico via seu território” comenta Dario. Movimenta-se, porém, para tentar impedir a imigração de refugiados sírios. Willian aponta que, provavelmente, boa parte do petróleo vendido via contrabando pelo EI e os armamentos a eles destinados transita pelo território turco sem controle estatal. Uma coisa é certa: o petróleo é amplamente comercializado e quem o compra está, claramente, ajudando o EI a se manter. O Líbano, país que divide grande parte de sua fronteira com a Síria, resiste às investidas do grupo em seu território e já solicitou reforço internacional. Já Rússia e China parecem ter seus interesses econômicos favorecidos pelo caos do Oriente Médio.

**Contradições** – Se os EUA desejam pôr em prática seu discurso de repressão austera, precisarão mandar tropas ou fazer acordos. No quadro atual, contudo, alianças com os países interessados em interferir seriam um marco de intensa mudança na política externa estadunidense. O Irã é seu inimigo histórico e uma intervenção iraniana significaria o fortalecimento de seu governo, o que não interessa economicamente aos norte-americanos. Caso ajude o exército de Assad, irá contradizer as ações anteriores e evidenciar o ziguezague de intervenções na região. Se ampliar o auxílio ao atual governo xiita do Iraque, irá contribuir para uma gestão sectária e extremista. Já ajudar o Líbano seria fortalecer o inimigo de seu aliado Israel. Ao mesmo tempo, surgem dúvidas se os Estados Unidos estão realmente interessados no combate imediato dos EI, pois, como indaga Dario: “Será que há vontade em eliminar o Estado Islâmico antes do governo de Assad, antes da República Islâmica do Irã e antes de eliminar o Hezbollah?”

Iami Gerbase, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico



Na retomada de Kobani, cidade na fronteira da Síria com a Turquia, o avanço das tropas curdas foi registrado por um fotógrafo brasileiro



# Da pesquisa básica a novos medicamentos: como fazer?

FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - MA/2012



“O setor industrial deve lembrar que todos os conceitos, técnicas e práticas usados nas empresas farmacêuticas (...) nasceram da pesquisa acadêmica básica”

“O setor acadêmico deve ter em mente que são os empreendimentos industriais que convertem os avanços científicos em produtos reais para melhorar o bem-estar humano”

Rafael Roesler\*

O Sr. José Pedro\*\* tem diabetes e necessita de tratamento com insulina. Disponibilizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a insulina utilizada por ele é uma versão, produzida com uso de uma tecnologia conhecida como DNA recombinante, da mesma proteína encontrada normalmente no corpo humano. O desenvolvimento dessa substância reduziu as alergias causadas pelas formulações empregadas anteriormente, que eram obtidas a partir da proteína isolada de órgãos de bovinos e suínos.

A Sra. Maria\*\* descobriu que tem um câncer de mama em estágio inicial. Um exame patológico revelou que o tumor tinha alto conteúdo de uma proteína chamada HER-2 na superfície das células. Por isso, o tratamento incluiu, além da quimioterapia tradicional, um medicamento chamado trastuzumab (Herceptin®). Disponível no SUS desde 2012, o trastuzumab é um anticorpo que inativa a HER-2, atacando de forma seletiva as células do tumor e produzindo menos efeitos indesejáveis.

Para entender como o Sr. José Pedro e a Sra. Maria puderam ter acesso a esses tratamentos, podemos voltar aos anos 1970, quando a tecnologia de DNA recombinante surgiu nos EUA a partir de pesquisas realizadas principalmente em uma universidade pública – a Universidade da Califórnia em San Francisco (UCSF). A nova técnica permitia “recortar e colar” o código genético de proteínas humanas e usar bactérias para produzir essas proteínas em grande escala. Um dos seus des-

cobridores, o professor de microbiologia Herbert Boyer, após uma conversa com um investidor, Robert Swanson, concordou em participar de uma iniciativa para tentar utilizar essa tecnologia para descobrir medicamentos. A empresa criada por Boyer e Swanson, a partir de um investimento pessoal de 500 dólares de cada um deles, foi a Genentech, que inaugurou a era dos biofármacos, criando a insulina recombinante e mais tarde o trastuzumab – esse último a partir de estudos desenvolvidos também em uma instituição pública, a Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) –, além de várias outras terapias que tiveram impacto no tratamento de pacientes em todo o mundo.

Os casos da insulina e do trastuzumab são ilustrativos do alinhamento necessário entre pesquisa básica e clínica, entre investimento público e privado, e entre universidades e empresas para que os resultados de estudos acadêmicos possam ser convertidos em novos fármacos com utilidade no tratamento médico. O surgimento de descobertas desse tipo depende inicialmente da pesquisa científica chamada comumente de “básica”, ou seja, aquela destinada a aumentar o conhecimento sobre o funcionamento da natureza, sem ter necessariamente como objetivo uma aplicação prática. A pesquisa básica é feita principalmente em universidades, hospitais e institutos de pesquisa de caráter público ou privado sem fins lucrativos, com apoio financeiro baseado primariamente em recursos estatais. É frequente que novas soluções para problemas econômicos ou sociais surjam a partir de pesquisas que

Arthur Kornberg

Prêmio Nobel em Fisiologia ou Medicina de 1959. *The Golden Helix: Inside Biotech Ventures*. University Science Books, 1995.

não tinham originalmente relação com suas aplicações finais. Por outro lado, é cada vez mais claro o entendimento de que, como instituições sustentadas pelo público, universidades e institutos de pesquisa também devem buscar ativamente a resolução de problemas concretos que afetam a população.

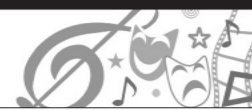
Tem sido amplamente demonstrado que o investimento público em pesquisa básica representa um bom negócio para as sociedades, não apenas do ponto de vista de criação de valor na forma de conhecimento, educação e treinamento de profissionais especializados, como também no que se refere ao retorno econômico. Por exemplo, estima-se que o aporte feito pelo governo dos EUA no Projeto Genoma Humano, entre 1988 e 2001, tenha resultado em um impacto de 796 bilhões de dólares, ou 141 dólares de atividade econômica gerados para cada dólar investido. Apenas no ano de 2010, houve a criação de 51 mil empregos diretos, 310 mil empregos indiretos e um acréscimo de 67 bilhões de dólares à economia norte-americana, como resultado da aplicação federal em pesquisa genômica (Simon Tripp e Martin Grueber, *Economic Impact of the Human Genome Project*, 2011; <https://www.genome.gov/27544383>).

Na área farmacêutica, as maiores empresas tendem hoje a reduzir suas atividades de pesquisa básica, inclusive com o fechamento de laboratórios e setores inteiros. No âmbito acadêmico, ainda que as grandes universidades estejam se envolvendo de forma crescente na criação direta de aplicações tecnológicas, essas instituições

não devem atuar como executoras das etapas de produção em larga escala, distribuição e comercialização de produtos. Nos países com maior sucesso na geração de tecnologias inovadoras em saúde, os resultados de pesquisa acadêmica levam à fundação de novas pequenas empresas, *start-ups*, que surgem como *spin-offs* dos projetos acadêmicos. É o estabelecimento da nova pequena empresa inovadora que majoritariamente viabiliza a transferência da tecnologia para o setor produtivo e seu desenvolvimento. É comum que as *start-ups* nascentes passem anos dedicando-se a atividades de pesquisa e aprimoramento dos produtos sem nenhum tipo de faturamento financeiro, necessitando de recursos destinados por agências públicas para inovação ou do apoio de investidores privados que fazem apostas de risco em tecnologias emergentes. Na maior parte dos casos, os projetos mais promissores são então absorvidos por empresas farmacêuticas maiores, com capacidade de financiar e coordenar – outra vez em parceria com universidades e hospitais acadêmicos – os grandes estudos clínicos necessários à comprovação dos efeitos terapêuticos e à aprovação pelos órgãos reguladores de novos tratamentos. O retorno do investimento econômico inicial das universidades e do setor público na pesquisa pode ser garantido pela proteção intelectual, principalmente na forma de patentes, que garantem a remuneração por direitos de uso e licenciamento quando as tecnologias são transferidas.

Em contraste com áreas como a agropecuária e a engenharia aeronáutica, em que o Brasil conseguiu desenvolver casos de sucesso em empresas e produtos de alta tecnologia, no setor farmacêutico a indústria nacional têm foco na produção de medicamentos genéricos e similares com pouco conteúdo de originalidade, resistindo a apoiar projetos de longo prazo. Além disso, a intensa atividade de pesquisa biomédica acadêmica no país não se traduz em desenvolvimento efetivo de novas terapias. Isso torna o sistema de saúde dependente de fornecedores externos para obtenção de medicamentos mais sofisticados, muitas vezes com alto custo e disponibilidade irregular, e limita o acesso, principalmente dos pacientes do SUS, a novas opções de tratamento que poderiam trazer benefícios importantes à saúde. Desde meados dos anos 2000, existe uma legislação federal e programas públicos de apoio que estimulam o empreendedorismo acadêmico, a criação de *start-ups* e as colaborações entre academia e indústria necessárias para a busca da criação de medicamentos radicalmente inovadores com conteúdo nacional. No entanto, essas iniciativas encontram barreiras burocráticas, institucionais, culturais, regulatórias e econômicas. Caso o país decidisse viabilizar realmente a cadeia de parcerias que permite que a pesquisa científica encontre o caminho entre a bancada do laboratório e o leito dos pacientes (*“from bench to bedside”*), todas as partes envolvidas seriam beneficiadas, especialmente os brasileiros que necessitam de acesso a melhores tratamentos médicos.

\* Professor Associado do Departamento de Farmacologia do ICBS/UFRGS, Coordenador do Laboratório de Câncer e Neurobiologia do HCPA e Pesquisador nível 1A do CNPq



EBC/FLICKR



# Voz de quem?

O autor argumenta que o programa de rádio da EBC adota uma linguagem pomposa, que não alcança a classe média residente nas cidades nem os meios rurais do país

## Comunicação Obra critica os abusos do poder governamental no uso dos meios de comunicação

Segundo a mitologia grega, Narciso era um herói vaidoso, capaz de amar somente a si mesmo. O Estado se encontra na mesma condição de Narciso, quando se utiliza da comunicação pública como um palanque para a auto-propaganda daqueles que detém o poder, ignorando as demandas da sociedade. No livro *O Estado de Narciso: a comunicação pública a serviço da vaidade particular*, o jornalista e professor Eugênio Bucci busca elucidar de que modo a comunicação pública no Brasil é aplicada em prol dos interesses

individuais, do lucro e dos embates eleitorais.

A Radiobrás, atual Empresa de Comunicação Brasileira (EBC), foi criada em 1975 para gerir todas as emissoras de rádio e televisão do governo federal brasileiro. O autor presidiu essa organização por quatro anos e três meses, período em que pôde observar de perto a apropriação privada de um bem público. “A comunicação pública sempre esteve divorciada do interesse público, creio que ela assinala um déficit na nossa democracia com o uso partidário de equipamentos, equipes e recursos financeiros que são públicos e deveriam ser geridos segundo o princípio da impessoalidade”, afirma.

**A serviço do ego** – “*A Voz do Brasil* virou sinônimo de chapa-branca, a serviço de instituições envelhecidas, insensíveis e distantes”, escreve. O programa de rádio existe há mais de 70 anos. Seu objetivo, em tese, é levar informa-

ção aos cidadãos dos pontos mais remotos do país, mas na prática não é isso o que acontece. Eugênio argumenta em seu livro que *A Voz do Brasil* não dialoga com os brasileiros por adotar uma linguagem pomposa que não alcança a classe média residente nas cidades, que dirá os meios rurais do país. Para o jornalista, a única alternativa democrática seria extinguir a obrigatoriedade do programa nas emissoras privadas, o que traria mais credibilidade.

“Os gastos em propaganda eleitoral são grandiosos. Além disso, o abuso do dinheiro público na compra de espaços publicitários em veículos comerciais cria um ambiente que inibe o jornalismo investigativo”, diz o docente da Escola de Comunicações e Artes da USP. Assim, a verba publicitária destinada aos veículos de comunicação se torna um dano à sociedade: “E esse é um prejuízo gravíssimo. Os pequenos e médios jornais, as emissoras de rádio de médio



### O Estado de Narciso: a comunicação pública a serviço da vaidade particular

Eugênio Bucci  
São Paulo: Companhia das Letras, 2015  
248 páginas  
R\$ 32 (preço médio)

porte, abastecidos com o dinheiro dos governos federal, estadual e municipal, têm medo de perder esses recursos e tendem, mesmo que inconscientemente, a baixar o tom das críticas ao poder”, justifica.

A partir de casos distintos, Eugênio ilustra como a comunicação pública no Brasil funciona nos moldes de um palanque partidário e reflete como seria relevante para a soberania popular se órgãos como a EBC produzissem informações sobre o Estado sem que houvesse fraudes ou direcionamentos tendenciosos. Ele também ressalta que a regulamentação da mídia, se feita

de forma adequada, pode ser um dos caminhos para reverter esse quadro: “Há uma possibilidade de que ela ajude, sim, desde que seja conduzida sem nenhuma intenção de controlar o noticiário ácido contra os governos. Uma boa regulamentação pode impedir que os governantes intervenham na administração das emissoras públicas, onde eles só atrapalham e intimidam. Se conseguíssemos essa independência editorial, seria um avanço”, conclui.

Jéssica Menzel, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico



### A construção política do Brasil – Sociedade, economia e Estado desde a independência

Luiz Carlos Bresser-Pereira | São Paulo: Editora 34, 2014  
464 páginas | R\$ 65 (preço médio)

## Pacto em xeque

Figura proeminente nos primeiros anos de redemocratização, Bresser-Pereira tomou um novo rumo em sua trajetória ao se desfilhar, em 2011, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Ideologicamente definido como desenvolvimentista, o ex-ministro se desligou oficialmente do PSDB pelo desgosto ao observar o partido que ajudou a fundar se estabelecer na direita liberal, e passou a se dedicar integralmente à produção intelectual, culminando, em 2014, no lançamento de *A construção política do Brasil*. Seguindo a trilha das obras clássicas de intelectuais que analisaram a construção do país, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Celso Furtado, o economista buscou interpretar o Brasil desde a independência nacional até o governo Dilma, sempre sob a ótica novo-desenvolvimentista, teoria econômica e social que vem aprimorando nos últimos 15 anos. Para propósito de análise, o autor dividiu a história da relação entre Estado e sociedade no Brasil

independente em três grandes ciclos: o primeiro, que recebe menor atenção no livro, compreende o período anterior a 1930 e à formação do Estado brasileiro. A partir da década de 30, começa o segundo ciclo, que ele define como o período decisivo da história do país, quando, sob o comando de Getúlio Vargas, ocorre o que chama de Revolução Capitalista Brasileira, com o surgimento da ideia de nação e um crescimento acelerado da economia. O terceiro período se inicia na década de 1980, com a expansão da inflação e da dívida externa que provoca um pacto pela democracia e justiça social. Uma das grandes preocupações de Bresser-Pereira é o atual desmoronamento desse pacto de classes, segundo ele, condição fundamental para o desenvolvimento de um país. Para o autor, esse problema é causado pela resistência de uma burguesia brasileira fascinada pelo consumo imediato em fazer concessões. Tal oposição seria uam das causas da extinção da ideia de nação no Brasil. (João Pedro Teixeira)



### Cartas a um jovem cientista

Edward O. Wilson | São Paulo, Companhia das Letras, 2015  
208 páginas | R\$ 25 (preço médio)

## Louvor à Ciência

“Existe apenas uma maneira de compreender o universo e tudo o que há nele, ainda que imperfeitamente, e essa maneira é a ciência”. O autor é sem dúvida apaixonado pelo que faz, o que fica evidente desde o título do prólogo: “Você [que escolheu ser cientista] fez a escolha certa”. Essa ideia vai sendo reforçada a cada caso contado a respeito das descobertas do naturalista estadunidense ao longo dos mais de sessenta anos trabalhando como pesquisador. Mas, um cientista social desavisado em busca de conselhos irá se decepcionar, já que Wilson deixa claro ao longo do livro que a Ciência a que ele se refere inclui unicamente as chamadas ciências naturais. No capítulo em que se dedica a defender essa tese, o autor faz referência à Sociobiologia, que já lhe rendeu duras críticas no meio acadêmico. Wilson afirma que as ciências sociais e humanas tendem a convergir com a Biologia, “reconhecendo cada vez mais as realidades da natureza em última instância biológica de nossa espécie”. De sua

infância escoteira catando borboletas às viagens como pesquisador de Harvard por florestas tropicais sul-americanas e ilhas no Pacífico, ele relata em 21 cartas-capítulos experiências, conversas, acasos e aventuras que o tornaram um dos mais respeitados cientistas em sua área. Por vezes, suas dicas aos pupilos vêm como tema principal do capítulo, ilustradas com experiências do autor; em outras, aparecem sutilmente em meio a relatos de situações pelas quais ele passou durante sua vida profissional. O naturalista traz conselhos dos mais emotivos, como “ponha a paixão à frente dos estudos”, aos mais pragmáticos, como buscar reconhecimento estudando áreas da ciência menos exploradas. Também opina no campo da ética profissional a respeito do convívio com rivais que estudam o mesmo tema, além de desmistificar a importância da matemática e da tecnologia para o cientista, afirmando que, em muitas áreas, essas disciplinas são meros instrumentos e que o domínio completo de ambas não é tão importante. (Antônio Assis Brasil)



# Esse pano é resistência

## Comportamento Popularização do uso do turbante coloca em questão a valorização da cultura negra

Enquanto Luana faz amarrações com o turbante, conta sobre o processo de aceitação de seus fios naturais. Alisou o cabelo pela primeira vez aos 11 anos. Assim como não havia nenhuma pessoa negra na turma da escola, também não se via representada nos anúncios publicitários da televisão. Ainda criança, a mudança surgiu da necessidade de ser aceita em uma sociedade que realmente a enxergasse. “Tive queimaduras de segundo grau na cabeça devido ao uso de produtos químicos. A partir daí, resolvi assumir o meu cabelo como ele é”, conta. Já adulta, o uso do turbante nasceu da vontade de empoderar-se como mulher negra.

O turbante se tornou um adereço consumido através da moda. A tradição foi ganhando outros significados com o tempo, seja na adoção pelas baianas, pelas mães-de-santo ou no uso corriqueiro do dia a dia. Diante de múltiplas referências, é importante lembrar o peso histórico que ele representa. “As pessoas acham que é questão de estilo ou modinha. Não é esse lance, o turbante tem a ver com a ancestralidade”, coloca. Luana de Britto tem 25 anos e faz parte do Projeto Vuelta al Mundo, iniciativa que funciona como um brechó itinerante, por meio da qual ela ministra oficinas para crianças e adultos. “A gente diz que esses adereços são as nossas coroas. Cada tribo tem um por que e diferentes maneiras de usá-lo. Pra mim, surge com a autoafirmação de ser uma mulher negra”, explica.

No entanto, o significado do turbante vai além de um elemento estético. Permeando culturas distintas, o uso da indumentária se faz presente em grande parte da Ásia e da África. O artefato era adotado por algumas tribos do Oriente para proteção ao sol, posição social ou por motivos religiosos. O Ojá, um tipo de turbante, é usado em religiões tradicionais africanas e afro-brasileiras. Em nosso país, a tradição se reestruturou e foi relida nos terreiros, um dos principais espaços de preservação da cultura afro. Mas isso não significa que seja uma peça exclusivamente religiosa, pelo contrário, a maneira como seu uso evoluiu no Brasil remete a um hábito urbano e social. Sobre essa dupla função do adereço, Malizi Fontoura, participante do Coletivo Oluchi, diz: “O uso do turbante, além de se contrapor ao racismo, está ligado a uma tradição de matriz africana, associada à macumba e à umbanda de forma pejorativa.

Então, também é uma forma de enfrentamento religioso”.

“A nossa identidade não está só pautada nos objetos, nos acessórios. Mas isso nos fortalece, nos situa nos lugares”, afirma Milena Cassal, mestre em Ciências Sociais pela PUCRS e professora de Sociologia pela Uniasselvi, que desenvolve diversos trabalhos como ativista. Para ela, ainda há impedimentos para o livre uso da indumentária, e o principal deles é o preconceito: “Tem relatos da dificuldade que é sair de turbante. Ontem, conversava com uma amiga que saiu pela primeira vez de casa com turbante. E aí, todo mundo falava: ‘Ah que bonito! Que colorido! Mas eu não posso usar, porque dizem, em tom pejorativo, que pareço uma empregada doméstica’.

**Coletivo Oluchi** – “O racismo dói, machuca. E ele pega ali na base, que é a autoestima. Um ser sem autoestima não se impulsiona. Ele só responde.” A constatação é de Malizi Fontoura. Ela é estudante de Moda no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e fala sobre como muito do que está ligado à cultura afro acaba sendo subjugado no mundo do entretenimento e da cultura: “Tu ligas uma TV, e pouco se vê, pouco se enxerga. Cabelo bom é aquele que balança. A princesinha é sempre loira, de olhos azuis”.

O coletivo surgiu no ano passado, a partir de uma reunião ocorrida antes da Marcha Mundial das Mulheres, realizada em 25 de julho. No evento, foi oferecida uma oficina de turbantes e Malizi foi chamada para ajudar por seu conhecimento em amarrações. Como a atividade se repetiria algumas vezes, ela sentiu a necessidade de incluir explicações

históricas a fim de possibilitar um diálogo mais abrangente sobre o adereço. “O objetivo não são só as amarrações, mas contextualizar o uso do turbante. Conversar a respeito desse adorno que tem influenciado várias cabeças negras. Não exclusivamente as negras e nem só femininas. A gente não desaconselha ninguém, mas nosso enfoque é na mulher negra”, explica.

Então, convidaram outras meninas para fazer parte do grupo e, por volta do Dia da Consciência Negra, o coletivo estava formado e hoje tem cinco integrantes. Além de Malizi, fazem parte: Vanessa Silva Bayo, Camila Ribeiro da Silva, Fabi Machado e Priscila Pereira. Oluchi é um nome que vem da língua Igbo, falada pela etnia de mesmo nome do sul da Nigéria, e significa obra de Deus. Para Malizi, um dos pontos centrais é o fato de o grupo propiciar o encontro de mulheres, que por meio da troca de experiências, entendem que o racismo é algo sistêmico e não pessoal. “Vemos que essa discriminação não ocorre com uma ou duas, ela acontece com muitas”.

“Tive uma vez na escola em que um menino perguntou: ‘Malizi, tu é descendente de quê?’ E eu falei: ‘De africanos’. E isso virou uma piada”, conta. Segundo ela, o maior causador da baixa autoestima da mulher negra é o preconceito: “Assumindo que nós estamos numa sociedade racista, ela faz com que a gente aprenda a não se gostar. E, quando a gente usa um adereço da nossa cultura, fazemos um enfrentamento a esse racismo”.

As oficinas do Coletivo Oluchi são ministradas para meninas negras em sua maioria. Quando mulheres brancas frequentam, Malizi sempre questiona “E tu, vai fazer o

que com teu privilégio?. A estudante diz que não há como proibir as pessoas de utilizarem adereços, mas que é necessário que haja informação: “A gente não quer só criticar. É preciso acordar para o privilégio e pensar o que é feito deste”.

A nossa  
identidade não  
está só pautada  
nos objetos,  
mas isso nos  
fortalece

**Apropriação cultural** – José Carlos Gomes dos Anjos é professor de Sociologia da UFRGS e estuda temas como a identidade étnica e nacional e a desigualdade racial. Ele explica que o termo apropriação cultural saiu de voga durante os anos 50. Acontece que, tomado ao pé da letra, em uma interpretação ingênua, ele pode levar a entender de que há de fato uma “cultura pura”, entretanto, na visão do pesquisador, as trocas estão sempre acontecendo. O problema é que, quando elas ocorrem de maneira desigual, a cultura de quem está em uma situação socialmente mais frágil pode ser espoliada. Tentando colocar essa discussão em pauta, os estudos pós-coloniais recentemente recuperaram o termo, agora com um sentido de hibridação, de discutir como se dá o intercâmbio de traços culturais.

Essas trocas acontecem o tempo todo, frequentemente de maneira desequilibrada, sobretudo, em um país com desigualdades sociais e também raciais como Brasil: “A

questão toda é que a gente vive numa sociedade racialmente hierarquizada. Esses valores e aportes culturais tenderam a ser, o tempo todo, desqualificados, subestimados e até perseguidos. A própria estética corporal do negro, numa sociedade racista, é desqualificada”, reflete José Carlos.

Para o docente, quando pessoas de outros povos se utilizam de elementos da cultura africana, parece que seus significados são redimensionados: “Não é que os traços culturais não possam ser apropriados por outras etnias. A questão é ‘Porque quando a mulher negra utilizava o turbante era feio e agora é bonito?’ Isso acontece em vários âmbitos, na música negra, na capoeira, em toda uma série de dimensões da vivência cultural negra. Parece que, quando o branco se apropria desses elementos, aquilo se enobrece”.

Milena Cassal, relata que sua sobrinha de três anos ouviu na escola que jamais poderia ser uma princesa, pois não tinha os cabelos lisos. Sem compreender a negativa, a menina respondeu: “É óbvio que eu sou princesa, meu nome é Zayla”. A professora conta que a resposta da menina resulta do fato da família ter exposto esse pedaço da história africana a ela, da origem de seu nome. Ela ressalta a importância do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas: “Se a Lei 10.639 estivesse sendo aplicada nas escolas, a gente poderia contar essas histórias para as crianças. E aí, passaríamos a pensar a apropriação cultural de outra maneira”, afirma.

Igor Porto e Jéssica Menzel,  
estudantes de *Jornalismo da Fabico*



Luana de Britto realiza oficinas que ensinam o uso do adereço e diz que o turbante não é só uma questão de moda, mas de ancestralidade



## DESTAQUE



Lola Montés, de Max Ophüls, é uma das atrações do ciclo que homenageia o cineasta alemão

## Sala Redenção amplia parcerias

Cinema  
Programação gratuita e diversificada com novos parceiros

Uma das referências em cinema alternativo em Porto Alegre, a Sala Redenção mantém o caráter de projeto educacional aberto à comunidade. Reconhecida por organizar ciclos temáticos que apresentam escolas de cinema ou a filmografia de diretores, o espaço está projetando mais parcerias para oferecer novas opções ao público. Neste mês, várias mostras distintas fazem parte da programação. O destaque vai para a produção do alemão Max Ophüls, que terá quatro de seus filmes exibidos.

*Lola Montés* (1955), obra

prima protagonizada pela atriz francesa Martine Carol, foi rechaçado pela crítica e pelo público na época do seu lançamento, e só devidamente reconhecido décadas mais tarde. A trama retrata a história de uma dançarina e prostituta irlandesa, que foi amante do compositor Franz Liszt e do rei Luís I da Baviera. “Esse é um diretor pouco conhecido pelo público e de alta qualidade técnica, por isso, ganha atenção neste mês. É uma oportunidade para a comunidade acadêmica”, considera a curadora do espaço, Tânia Cardoso.

**Público** – Com a programação gratuita de filmes o cinema universitário conquistou um público crescente nos últimos cinco anos. Em 2009, a média era de aproximadamente seis pessoas por sessão. Hoje, chega a 40, conforme o título em cartaz. Até o início do ano, a locadora *E o Vídeo Levou* foi a parceira mais frequente, ceden-

do cópias em DVD dos filmes a serem projetados. Mas, visando evitar eventuais questionamentos em relação à exibição sem o pagamento de direitos autorais, novas parcerias garantem mostras de longas-metragens e documentários. Relações com embaixadas e consulados, além de instituições como o Goethe Institut e a Aliança Francesa, têm proporcionado ciclos temáticos como o realizado sobre os filmes da vida do francês François Truffaut no ano passado. Outra parceria retomada foi com o SESC/RS, que realiza mostras itinerantes pelo país. “Essa parceria foi oficializada na recente mostra sobre Win Wenders porque vários dos longas exibidos faziam parte do acervo da instituição”, destaca Tania.

As sessões têm entrada franca, e a lista dos filmes com as datas de projeção pode ser conferida nas colunas ao lado. Mais informações com a coordenação da Sala, pelo telefone 3308-3933.

## CINEMA

## Mostra Max Ophüls

A Sala Redenção exibe uma seleção de filmes do diretor alemão. Sessões com entrada franca.

**CARTA DE UMA DESCONHECIDA** (*Letter from an unknown woman*, EUA, 1948, 86min)  
Sessões: 1º de julho, 16h; 6 de julho, 19h; 7 de julho, 16h; 9 de julho, 16h

**NA TEIA DO DESTINO** (*The reckless moment*, EUA, 1949, 80min)  
Sessões: 1º de julho, 19h; 2 de julho, 16h; 7 de julho, 19h; 8 de julho, 16h

**DESEJOS PROIBIDOS** (*Madame de...*, França, Itália, 1953, 97min)  
Sessões: 2 de julho, 19h; 3 de julho, 16h; 9 de julho, 19h; 10 de julho, 16h

**LOLA MONTÉS** (*Lola Montés*, França, Alemanha, 1955, 115min)  
Sessões: 3 de julho, 19h; 6 de julho, 16h; 10 de julho, 19h

## Trilogia Musashi

Mostra de filmes da Sala Redenção apresenta a adaptação para o cinema do livro *Musashi*, de Eiji Yoshikawa, que narra as aventuras do lendário samurai Miyamoto Musashi (1584-1645), um dos heróis nacionais do Japão. A primeira parte da trilogia ganhou o Oscar de Melhor Filme Estrangeiro. Sessões com entrada franca

**SAMURAI: O GUERREIRO DOMINANTE** (*Miyamoto Musashi*, Japão, 1954, 93min), de Hiroshi Inagaki  
A sessão do dia 13 será comentada pelo escritor, tradutor e editor Cesar Almeida, autor de *Cemitério Perdido dos Filmes B* e de diversos artigos sobre cinema.  
Sessões: 13 de julho, 19h; 14 de julho, 16h; 16 de julho, 16h

**SAMURAI II: DUELO NO TEMPO ICHIJŌJI** (*Zoku Miyamoto Musashi: Ichijōji no kettō*, Japão, 1955, 103min), de Hiroshi Inagaki e Jun Fukuda  
Sessões: 13 de julho, 16h; 14 de julho, 19h; 15 de julho, 16h; 17 de julho, 19h

**SAMURAI III: DUELO NA ILHA GRANRYU** (*Miyamoto Musashi kanketsuhen: kettō Ganryūjima*, Japão, 1956, 104min), de Hiroshi Inagaki  
Sessões: 16 de julho, 19h; 17 de julho, 16h

## Em cartaz

Exibição de documentários ou filmes de ficção de várias épocas, nacionalidades e escolas. Em parceria com o SESC/RS foram programados quatro produções. Sessões com entrada franca.



**BORBOLETAS NEGRAS** (*Black Butterflies*, Holanda, 2010, 100min), de Paula Van Der Oest  
Sessões: 20 de julho, 16h; 23 de julho, 19h; 24 de julho, 19h; 27 de julho, 16h; 30 de julho, 19h

**JOSÉ E PILAR** (Brasil, Portugal, 2011, 125min), de Manuel Gonçalves Mendes  
Sessões: 20 de julho, 19h; 21 de julho, 16h; 24 de julho, 16h; 27 de julho, 19h; 28 de julho, 16h; 31 de julho, 16h

**O MARIDO DA CABELEIREIRA** (*Le Mari de la Coiffeuse*, França, 1990, 82min), de Patrice Leconte

Sessões: 21 de julho, 19h; 22 de julho, 16h; 28 de julho, 19h; 29 de julho, 16h; 31 de julho, 19h

**UM ANJO EM MINHA MESA** (*An Angel at My Table*, Nova Zelândia, 1990, 158min), de Jane Campion  
Sessões: 22 de julho, 19h; 23 de julho, 16h; 28 de julho, 19h; 30 de julho, 16h

## CineF

Projeto da Faculdade de Comunicação apresenta filmes fora do circuito comercial. Sessão na Sala Redenção com entrada franca.

**JARDIM** (Portugal, 2008, 74min), de João Vladimiro  
Sessão: 8 de julho, 19h

## Sessão Comentada NósOutrosGaúchos

Filme que integra a mostra de filmes gaúchos ao longo deste semestre. Sessão na Sala Redenção com entrada franca.

**OS SENHORES DA GUERRA** (Brasil, 2013, 124min), de Tabajara Ruas  
Após a sessão, debate com Robson de Freitas Pereira e Luiz Antonio de Assis Brasil.  
Sessão: 22 de julho, 19h

## Cultura de periferia

Ciclo que exibe produções de cineastas da periferia das grandes cidades. Apoio do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS), da Pró-Reitoria de Extensão.

**NA CONTRA MÃO** (Brasil, 2008, 12min), de André Ribeiro e Vinicius Faustino

**SARAU DA COOPERIFA – JOGO DE IDEIAS** (Brasil, 2008, 27min), de Sérgio Vaz e Claudiney Ferreira  
Sessão: 15 de julho, 19h

## ONDE?

**Auditorium Tasso Corrêa**  
Senhor dos Passos, 248 - térreo  
Fone: 3308-4318

**Instituto Ling**  
João Caetano, 440  
Fone: 3533-5700

**Sala Alziro Azevedo**  
Salgado Filho, 340  
Fone: 3308-4318

**Sala Redenção**  
Luiz Englert, s/n.º  
Fone: 3308-3933

**Salão de Atos**  
Paulo Gama, 110 - térreo  
Fone: 3308-3933

**Salão de Atos da PUCRS**  
Ipiranga, 6681  
Fone: 3320-3500

**Theatro São Pedro**  
Pç. Mal. Deodoro, s/n.º  
Fone: 3227-5100

## MÚSICA

Unimúsica 2015  
Série Irreverentes

O próximo concerto da série apresenta Jards Macalé. O compositor, cantor e ator lançou recentemente o box de 3 CDs “Direitos Humanos no Banquete dos Mendigos”, com o registro integral do show dirigido por ele mesmo e Xico Chaves em dezembro de 1973.

**ENTREVISTA ABERTA**  
Data: 1.º de julho  
Local e horário: Sala II do Salão de Atos da UFRGS, 20h

**CONCERTO**  
Data: 2 de julho  
Local e horário: Salão de Atos da UFRGS, 20h

## 17º Encontro de Violoncelos do RS

Evento que inclui palestras, masterclasses, aulas de música de câmara e oficinas dedicadas ao violoncelo, além de uma extensa programação de recitais e concertos, todos com entrada franca. Coordenação da professora Milene Aliverti.

**QUARTETO DE VIOLONCELOS QUATRICELLI**  
Recital do grupo que interpretará obras de Samuel Maynez, Julius Werner e Edmundo Villani-Cortês.  
Data: 1.º de julho  
Local e horário: Theatro São Pedro, 12h30

**TALENTOS DA TERRA**  
Recital com o trio Knob-Sell-Maye, formado por

Carlos Sell (violino), Philip Mayer (violoncelo) e Eduardo Knob (piano). No programa, obras de Wolfgang Amadeus Mozart e Johannes Brahms.  
Data: 2 de julho  
Local e horário: Auditorium Tasso Corrêa, 20h

**RECITAL DO DUO SANTORO**  
Apresentação dos violoncelistas Paulo e Ricardo Santoro  
Data: 5 de julho  
Local e horário: Instituto Ling, 11h

## Recitais

Programação do Departamento de Música do Instituto de Artes.

**OFICINA DE ÓPERA**  
Recital de alunos do projeto de extensão.  
Data: 6 de julho  
Local e horário: A Tasso Corrêa, 19h

**PRÁTICA MUSICAL COLETIVA**  
Apresentação coordenada por Luciana Prass.  
Data: 7 de julho  
Local e horário: Tasso Corrêa, 19h30

**INCOMUN ENSEMBLE**  
Concerto sob a coordenação de Felipe Adami.  
Data: 8 de julho  
Local e horário: Tasso Corrêa, 19h

**RECITAL DE PIANO DE ANDRÉ CARRARA**  
Apresentação coordenada por André Loss.  
Data: 9 de julho  
Local e horário: Tasso Corrêa, 17h30

## Meu Lugar na UFRGS



### De bolsista a diretor

O amplo saguão de entrada do Salão de Atos recebe o visitante com seu piso brilhoso e a fragrância do revestimento recém-substituído. Essa atmosfera de renovação também se fazia presente quando o servidor, então bolsista, José Francisco Machado da Rosa entrou pela primeira vez no espaço em abril de 1989. No ano anterior, havia ocorrido uma grande obra de reformulação.

Ainda moleque, Chicão estudava na antiga Escola Técnica de Comércio e estava em busca de uma experiência de estágio. “Quando procurei o setor de bolsas da Escola, o primeiro local que me indicaram foi o Salão de Atos. E eu falei: esse é o lugar onde quero trabalhar!”. E foi exatamente no setor administrativo do espaço que ele permaneceu até 2004, passando, entretanto, para um contrato CLT e sendo, posteriormente, incorporado ao quadro de servidores. “Aqui aprendi a gostar da universidade”, revela, e acrescenta: “acho que o lugar que mais gosto é mesmo a plateia: poder sentar no meio dela com o Salão vazio; olhar tudo e admirar: pô, é bonito esse espaço! Ainda bem que eu trabalho aqui!”

Na reforma que acaba de ser finalizada, o local ganhou um novo carpete. Também foram substituídas as poltronas, que agora reclinam levemente e têm um tom azul escuro “para acompanhar a identidade da Universidade”, segundo Francisco. O modelo foi escolhido após uma pesquisa pelas casas de espetáculo da cidade. A sala principal conta com 1.173 lugares, entre os quais há 12 poltronas para idosos, 10 para pessoas com mobilidade reduzida e 12 espaços para cadeirantes, cumprindo as exigências de acessibilidade. Foi trocada a sinalização e identificação dos recintos, além da iluminação, que passou a ser feita com LED, possibilitando menor consumo de energia.

Todas essas mudanças foram controladas de perto pelo diretor Chiquinho, que, antes de assumir esse posto em novembro de 2009, trabalhou na Prefeitura Universitária do Câmpus do Vale. “Isso me deu uma grande experiência pra poder lidar com a administração do Salão de Atos. Eu gosto de organizar uma equipe, gosto desse envolvimento.” Na

atual função, ele diz procurar resolver tudo na conversa, delegando tarefas a cada um. “O importante é que as coisas têm de acontecer, porque a gente tem que atender bem todo mundo que vem aqui.”

O envolvimento próximo se dá, igualmente, na relação com o público que frequenta os espetáculos. “Acabamos conhecendo as pessoas. Elas mesmas às vezes me dão um retorno: ‘de repente podia fazer tal e tal coisa pra melhorar aqui e ali’. Isso já nos ajudou um monte de vezes”, comenta Francisco, que se diverte com os “problemas de identidade” provocados pelas discrepâncias na forma como o chamam: “Meu apelido de infância sempre foi Chicão. Quando vim para o Salão como bolsista, tinha um senhor que era o Seu Chico. Aí, a diretora e a assessora dela me apelidaram de Chiquinho. Quando fui trabalhar no Câmpus do Vale, já tinha um Chiquinho, então prevaleceu o Chicão. E Seu Francisco, alguns também me chamam, mas não precisa, até porque eu me acho jovem ainda. Prefiro Chiquinho ou Chicão.”

O contato com o público é retomado agora que o Salão foi reaberto. Para ele, é hora de voltar a preocupar-se com que tudo ocorra como o esperado: “Também sou responsável por todo mundo que está aqui dentro. Então, dá um nervoso!”. Francisco explica que, por isso, não consegue frequentar os eventos. “Eu sento aqui pra assistir, escuto uma música, mas fico pensando: o que está acontecendo lá na frente, como será que está lá atrás nos camarins? Daí desço e passo um rádio pros colegas. Por mais que eu goste, o meu envolvimento é tanto que não consigo relaxar e assistir todo o espetáculo.” No entanto, ele garante: “Faço isso com muito carinho e a minha maior satisfação é saber que o que eu faço está contribuindo, de forma geral, pro produto final da Universidade, que é a formação de pessoas”.

Felipe Ewald

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

## Perfil

# Além do palco

**Maria Luiza Fontoura**  
*Cantora da banda Samba e Amor conta como é ser bixo de Música*

Quando a UFRGS criou o curso de graduação na área de Música Popular em 2012, abriu-se a oportunidade para um grande contingente de profissionais que não viam a academia como uma opção. A demanda era antiga, inspirada pelos próprios alunos do Instituto de Artes, que nos intervalos davam uma pausa no repertório erudito e tocavam os clássicos do samba, do rock e do jazz pelos corredores do prédio. Mas, para alguém que já possui uma carreira, o que o curso pode acrescentar?

Pensando nessa questão, conversamos com Maria Luiza Fontoura, a Malu, vocalista da *Samba e Amor*, banda que faz releituras de peças de MPB. Apesar dos quatro anos de palco com o grupo, Malu é ainda bixo na Universidade. A busca pelo aperfeiçoamento foi o que a levou ao curso, que a jovem de 21 anos tenta conciliar com a rotina de shows: “Eu fazia aula de canto desde o início da banda. No ano passado, estudei cavaquinho e harmonia. Os guris estavam aprendendo teoria e percepção com um aluno da UFRGS, o Juba, Juliano Luz, que também cursa Música Popular. Eu comecei a participar desses encontros e foi isso que me incentivou a prestar o vestibular”, explica.

**Desde a infância** – A vocação de Malu para a música vem desde cedo. Ela conta uma história que ouviu de sua mãe: quando tinha

cinco anos, ao ver uma artista em um programa de televisão, virou-se para a família e declarou: “Quero ser cantora”. Foi só aos 11 anos, porém, que teve o primeiro contato com o ensino musical. Ao procurar uma aula de canto foi rejeitada por ser muito jovem. “Comecei a estudar piano, mas a didática era infantil, com exercícios muito simples, acabei desistindo. Para mim, foi como se estivesse abandonando o sonho. Na minha cabeça, se não fosse naquele momento, não seria nunca”, relembra. Tempos depois, cantando de brincadeira no primeiro ano do ensino médio, foi chamada por um colega para montar uma banda de rock. E assim, voltou a pensar na carreira musical.

Na hora do vestibular, acabou optando pela área da Publicidade e Propaganda na ESPM, curso no qual ingressou em 2011 e que está concluindo neste semestre. A escolha foi boa: primeiro, acrescentou um repertório de conhecimentos que ela usa hoje para fazer a divulgação da banda; depois, rendeu seu primeiro convite para participar de um projeto musical fora do colégio: “Como eu era ligada à música, gravei um jingle em um trabalho da faculdade para os meus colegas. Um deles gostou e me chamou para ser *backing vocal* na banda dele, a *Thriathlon*. Então, sem querer as coisas foram me levando de volta para a música”, comenta.

**Samba e amor** – Do início até o fim de 2011, enquanto fazia vocais na banda de seu colega da ESPM, Malu cogitava criar um projeto próprio: “Eu estava fazendo dezoito anos, uma amiga olhou para mim e falou: ‘Tá Malu, mas por que é só hobby para ti? Tá na cara que tu gosta muito de cantar’. E foi aí que eu resolvi fazer uma banda mais próxima do estilo que eu gostava de ouvir”. Convidou o violonista Lucas de Azevedo, que recusou o convite: “Então chamei outro ami-

go, e aí ele ficou com ciúmes e veio junto. Formamos um trio”, brinca. A formação atual ainda conta com um baixista e dois percussionistas. Recentemente, o grupo fez uma pré-estreia de seu repertório no Teatro Renascença.

Malu diz ter o apoio da família, embora com um pé atrás. “Eles me apoiam, mas ficaram com muito medo e me pediram para terminar o curso de Publicidade. Meu avô acha que eu deveria ser produtora musical. Eles não apostam muito no meu sucesso [risos]. Mas depois da nossa pré-estreia no Renascença, ficaram mais tranquilos”, relata.

**Novos ares** – O curso de Música Popular da UFRGS investe forte na prática de conjunto. No primeiro semestre, por exemplo, uma cadeira com esse nome e outra de História da MPB são as duas que diferem do curso de Composição. Essa troca entre alunos com diferentes referências é um dos focos do método de ensino. “Na disciplina de Prática de Conjunto, toco com dois guitarristas: um de rock e outro de heavy metal, é um desafio conciliar estilos tão diversos”, conta Malu.

Apesar da dificuldade em harmonizar um trabalho de conclusão de curso na outra faculdade, os shows e os cuidados com a divulgação da banda com as seis cadeiras que frequenta na UFRGS, Malu diz que a experiência tem sido recompensadora. Disciplinas mais teóricas, como as de Percepção Musical e de Contraponto, inserem o estudante mais acostumado com a vivência de palco em um novo mundo, apresentando outra maneira de enxergar a música: “Eu até falo para o Dimitri [*Cervo, professor de Percepção*]: ‘Sô, sou cantora de popular’. Para ele lembrar que eu cheguei agora e que tenho muito o que aprender ainda”.

Igor Porto, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico



FOTOS: FLAVIO DUTRA/JU

### Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br) e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



# De frente pra ausência

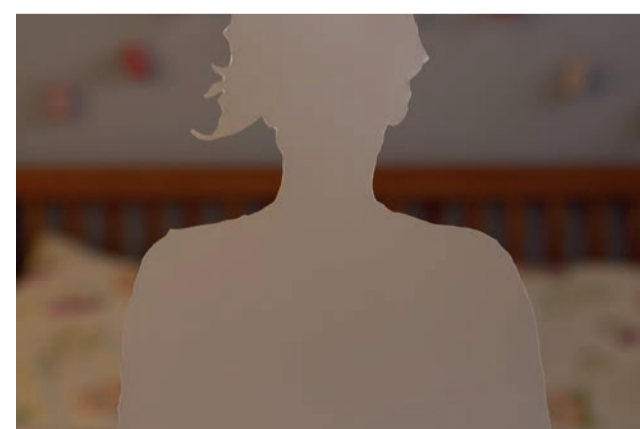
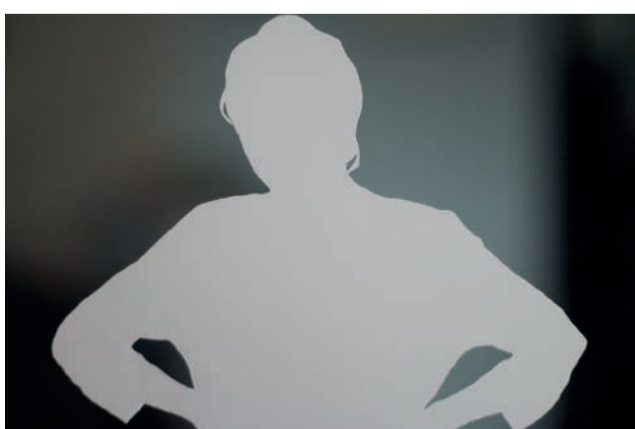
TEXTO E FOTOS **AMANDA COPSTEIN**

*A ausência carrega consigo uma companhia implícita: a solidão.*

Este trabalho é resultado de uma busca diária por maneiras de evidenciar a presença de uma ausência implícita, uma procura incessante por formas de apresentar o invisível.

Aqui, a ausência tem cor e forma, é branca e irreconhecível, é apagamento e construção. Espécie de jogo de percepção que evoca a presença de um outro ausente na imagem, *De frente pra ausência* pode ser identificação ou idealização, o seu determinante é, unicamente, o olhar.

**AMANDA COPSTEIN** É ARTISTA VISUAL FORMADA NO BACHARELADO EM ARTES VISUAIS DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ATUALMENTE, FREQUENTA O PROGRAMA PRÁTICAS ARTÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS DA ESCOLA DE ARTES VISUAIS DO PARQUE LAGE, RIO DE JANEIRO, PARA O QUAL FOI SELECIONADA COMO BOLSISTA







Altos aluguéis e renda instável são alguns dos fatores que obrigam um grande número de famílias a buscar nas ocupações dos vazios urbanos uma opção arriscada de moradia

# Um lugar pra chamar de seu

TEXTO JACIRA CABRAL DA SILVEIRA

FOTOS FLÁVIO DUTRA

PORTO ALEGRE VIVE O DRAMA do expressivo déficit habitacional e suas preocupantes consequências. De acordo com o Diagnóstico do Setor Habitacional da capital do estado, lançado em fevereiro de 2009 pelo Departamento Municipal de Habitação (Demhab), há 486 ocupações irregulares tanto em áreas públicas quanto privadas – o que corresponde a 75.656 domicílios e 288.891 habitantes nesses territórios. As regiões com mais espaços ocupados são Partenon (bairros: Coronel Aparício Borges, Partenon, Santo Antônio, São José e Vila João Pessoa); Norte (bairro: Sarandi); Cruzeiro (bairros: Medianeira e Santa Tereza) e Leste (bairros: Bom Jesus, Chácara das Pedras, Jardim Carvalho, Jardim do Salso, Jardim Sabará, Morro Santana, Três Figueiras e Vila Jardim).

Nesse contexto, a especulação imobiliária e o alto número de prédios públicos abandonados contribuem para acirrar a disputa pelo solo urbano. Embora os movimentos

organizados por moradia em São Paulo e no Rio de Janeiro tenham uma trajetória mais antiga, Porto Alegre tem presenciado nos últimos anos uma série de ações protagonizadas por grupos que representam diferentes ocupações localizadas tanto em áreas centrais como em espaços periféricos. Foi através de um desses grupos, o Fórum de Ocupações Urbanas da Região Metropolitana, entidade que reúne 40 comunidades porto-alegrenses, que a antiga ocupação Dois Irmãos, no bairro Rubem Berta, conseguiu negociar a compra do terreno do proprietário. “Quem quer vai à luta”, comentou Júlio Cesar Lima, membro da associação da comunidade, feliz por agora poder deixar a casa da sogra para morar com a esposa em sua própria residência.

Mas, por mais que o sorriso de Júlio Cesar expresse seu contentamento por ver concretizado seu direito constitucional à moradia, pessoas como ele ou ligadas aos grupos que as representam geralmente são crimina-

lizadas por suas ações de busca por um lugar onde morar. “Porém, se pegarmos a região das ilhas de Porto Alegre, vamos ter mansões que não são ocupadas por pobres, só que ninguém enxerga isso como grande problema, mas ainda assim são ocupações irregulares”. A observação é de Marcelo Kunrath, professor do departamento de Sociologia da UFRGS e coordenador do grupo de pesquisa *Associativismo, Contestação e Engajamento*.

Por que esse descompasso ocorre? Ainda que essa seja uma pergunta importante – para qual conhecemos inúmeras respostas – a equipe do Jornal da Universidade buscou conhecer a realidade compartilhada entre os quase 300 mil porto-alegrenses que se arriscam, construindo suas moradias em áreas de ocupação. Através de entrevistas e relatos tentamos responder a uma outra questão: há legitimidade na organização de populações economicamente desfavorecidas na busca de um lugar pra chamar de seu?

# À margem da cidade legal

Paramos pouco antes do número 11.400 da Avenida Protásio Alves, e seguimos a pé. A estrada estava abarrotada de carros, caminhões, motos, ônibus, e nenhum conseguia avançar em direção à Viamão. Os motoristas não faziam ideia do porquê estávamos parados, naquela terça-feira, dia dois de junho, perto das 10h da manhã. Nós, porém, suspeitávamos, pois era justamente a causa da interrupção do tráfego que nos trouxera até ali.

Conforme dados da polícia, cerca de oito meses antes, 300 famílias haviam ocupado parte do terreno da massa falida do Montepio dos Servidores Municipais de Porto Alegre, na zona Leste da capital. Com aproximadamente 22 hectares de extensão situados na encosta de um morro, o local recebeu classificação parcial como área de preservação ambiental, um dos principais argumentos da ação de desocupação.

Naquela semana, os moradores haviam sido avisados do eminente despejo. Na noite anterior, houve manifestação dos ocupantes da área. Apesar de ter considerado um exagero a queima de pneus e tábuas pelos manifestantes, Ricardo [nome fictício, pois pediu para não ser identificado com receio de mal-entendido] compartilhava a indignação: “Não tenho nada contra dar ajuda para estrangeiro, mas nós somos brasileiros e não temos onde morar”, reclamou, referindo-se ao grupo de haitianos e senegaleses que à época desembarcava na rodoviária de Porto Alegre vindo do Acre.

Ao lado da casa muito simples erguida pelo filho, em terreno limítrofe à área em desocupação, Ricardo observa o movimento. Dias antes, ele já havia se mudado para o terreno da casa do rapaz, pois sua moradia foi uma das condenadas ao desmanche pela ordem de desocupação. Até poucos meses atrás ele residia em Torres, mas, pela insistência do filho, veio morar perto da família. “Olhando pra tudo isso agora, fico arrependido de ter me mudado pra cá”, desabafa: “Onde eu morava já estava tudo regularizado, mas agora perdi lá também”. Ao conversar com outros moradores, ficamos sabendo que, assim como Ricardo, muitos deles também vieram parar na massa falida do Montepio incentivados por parentes ou amigos, povoando gradativamente a área.

Descendo a pequena ribanceira até o meio fio da Protásio – bem diferente daquela avenida que atravessa bairros nobres como Petrópolis e Três Figueiras – eu e meu colega despedimo-nos do senhor e seguimos em direção à entrada da ocupação, caminhando sobre o que deveria ser uma

calçada, mas é apenas uma superfície de barro e pedras, exigindo cuidado para não escorregar e cair próximo ao asfalto.

Logo adiante, passamos por uma senhora que discute com o filho, um garoto de uns 16 anos de idade, cuidadosamente vestido. Na conversa, ela tenta dissuadi-lo de se meter no tumulto, mas o jovem insiste, alegando que não pode deixar de ajudar os amigos que estão sendo despejados. Convencida ou não, ela deixa que ele siga adiante. Junto à área em desocupação existem, no mínimo, mais duas comunidades nas proximidades, e não só os laços parentais acabam unindo os grupos: jovens e crianças que ali vivem frequentam as mesmas escolas e creches.

Após me apresentar como repórter do Jornal da Universidade e de comentar que junto com meu colega fotógrafo estávamos trabalhando em um caderno especial sobre movimentos por moradia, Márcia – agora sabemos o nome da mãe do garoto que se afasta – diz que entende o que os vizinhos estão passando, pois ela própria reside em outra ocupação, a Vila Hospital, que tem mais de dez anos de existência. Embora comente que está em fase final de registro e legalização, afirma que só terá certeza dessa vitória quando finalizarem todos os trâmites legais, dando a ela e a seus vizinhos o direito à posse de seus lotes.

Atualmente, a regularização fundiária que dá acesso à cidade legal, prevê, entre outros aspectos, o desenho das vias de circulação nas áreas habitadas, a observância do tamanho dos lotes e a remoção de casas precárias ou situadas em locais de risco. Tudo para que esse espaço urbano venha realmente integrar-se à cidade. Além disso, é imprescindível que se realize a regularização jurídica das áreas, a fim de que se dê segurança aos moradores. Esse processo deve levar em conta os aspectos ambientais e sociais, envolvendo toda a comunidade, conforme determina o artigo 46 da Lei Federal nº 11.977/2009.

Para o professor do departamento de Sociologia da UFRGS Marcelo Kunrath, o custo dessa legalidade é muito alto para as populações de baixa renda: “Para ter uma propriedade regularizada há uma série de requisitos, como renda regular, para uma população que em grande parte tem renda flutuante; precisa ter previsibilidade, estabilidade, mas essas pessoas têm vida altamente instável”. Tal situação, de acordo com o especialista, deflagra o fenômeno da expulsão branca, quando os indivíduos vendem as propriedades onde moram e vão para outra ocupação.

**Como formigueiro** – Seguimos mais adiante e paramos junto a dois enfermeiros que conversam do lado de fora de uma das três ambulâncias que fazem parte do aparato de apoio à ação, liderada por dez oficiais de justiça. A enfermeira é mais reticente ao responder nossas perguntas e acaba delegando ao colega essa função. Ele diz que já é a oitava vez que participa de atividades como essa, que envolvem ocorrências não muito graves: prego nos pés ou mãos, alguns idosos ansiosos. O tom rotineiro do comentário nos espanta, ainda que entendamos a necessidade de certo distanciamento em profissões da área da saúde.

À medida que nos aproximamos da entrada da ocupação, passamos por um grande número de oficiais da Brigada Militar, do Corpo de Bombeiros e de agentes da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC). Assim como os enfermeiros que permanecem de plantão à margem do processo, um batalhão da Polícia de Choque, com farda preta, máscaras e escudos, mantém-se no lado esquerdo da entrada. Por vezes, sem que descobramos a razão do movimento, vemos pequenos grupos desses policiais circulando em formação entre os moradores sempre em deslocamento e com as mãos carregadas de tábuas, telhas e sacolas.

É difícil evitar a perplexidade diante de tamanha movimentação em torno de casas sendo desmontadas, numa configuração inversa a de uma cidade em construção, como se estivéssemos retrocedendo parte de um filme em que as cenas aparecem de trás para frente. Há também a estranheza de ver os próprios moradores, sejam homens ou mulheres, jovens ou pessoas mais velhas e até mesmo crianças, realizando uma tarefa que caberia a profissionais da construção civil. Algumas moradias são marcadas com a letra “L” pintada em verde, indicando que essas devem ser *Levadas*. Aquelas que possuem um “D” em vermelho devem ser *Demolidas*, para isso existem algumas retroescavadeiras a postos. Quem determina o alfabeto da reintegração de posse são os oficiais de justiça.

Nesse cenário cada grupo tem a identidade fortemente marcada por suas vestimentas: fardas, roupas civis, até mesmo os ajudantes dos caminhões de mudança exibem uma espécie de colete que os identifica de longe, por serem de um laranja forte. Não fosse pelos coletes, pela simplicidade de suas vestes poderiam ser confundidos com os moradores da comunidade.

Do lado de fora do terreno, cerca de 50 caminhões de mudança permanecem estacionados nos dois lados da avenida. Como esse trecho da Protásio é estreito, a situação só afunila mais o fluxo do trânsito. De quando em quando, a Brigada autoriza esses veículos a entrarem na ocupação para fazer o carregamento de uma casa específica. Pela ordem judicial, eles teriam de desocupar a área até às 15h, mas a ação se estendeu até o final do dia. Ainda que tenham sido inúmeros os pedidos dos moradores para que lhes dessem ao menos mais um dia para que cumprissem o mandado, nada feito.

**Dias depois** – Rose Rodrigues, líder comunitária da Vila do Hospital, há dias procura prestar assistência àquelas famílias que foram evadidas da Montepio e, como não tiveram para onde ir, arranjaram-se em barracas. Ainda que não sejam muitas, comparado ao grande número de famílias que morava na ocupação, ela diz que está difícil conseguir até mesmo o básico, como alimentos. “As invasões na região Nordeste são um problema muito sério no que diz respeito à falta de políticas públicas para atender esta demanda que cresce diariamente”, afirma Adilis Kloh, coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região Nordeste, entidade procurada por Rose em busca de auxílio para as famílias da Montepio.

Vânia e Cristiane tiveram mais sorte porque, em meio à correria do dia anterior, conseguiram uma casa para dividir aluguel na Vila Hospital. Numa casa de dois quartos, banheiro e sala-cozinha, elas ajeitaram-se: num dos quartos Vânia e o marido, recém-casados, e no outro, Cristiane e a neta de três anos. As madeiras, telhas e parte dos móveis foram guardados em outro endereço. Por ter que se ausentar do trabalho dias seguidos desde que começaram os rumores da desocupação, Vânia recebeu aviso prévio para deixar seu emprego numa lancheria na rodoviária de Porto Alegre. Tanto ela como a amiga foram parar na Montepio por causa dos aluguéis altos, vivendo a experiência de uma ocupação pela primeira vez. Ainda impactadas pelo despejo, demonstram descrença de algum dia ter uma casa própria. Cristiane comenta que por duas vezes tentou ser contemplada no programa Minha Casa Minha Vida, mas não conseguiu: “Tinha que ter muita papelada, muita coisa. Tinha que ter uma entrada nem que fosse de R\$8 mil. De onde vou tirar isso?”





De acordo com o último levantamento do Departamento Municipal de Habitação (Demhab), havia 486 ocupações irregulares em Porto Alegre em 2009 tanto em áreas públicas quanto privadas – correspondendo a 75.656 domicílios e 288.891 habitantes nesses territórios

## O difícil acesso ao Minha Casa, Minha Vida

Morgana e o irmão pediram licença no trabalho para ajudar a mãe a desmontar a casa onde há quatro meses ela morava com o filho mais jovem na ocupação da Montepio. Antes de poder falar sobre sua experiência frustrada de oito anos tentando ser contemplada com o financiamento *Minha Casa Minha Vida* (MCMV), foi chamada para ajudar a juntar o máximo de pertences possíveis para remover a família para outro lugar. Assim como Morgana, outras pessoas que estavam deixando suas casas na Montepio disseram não terem conseguido “ainda” o financiamento do programa federal.

“O pessoal mais necessitado é pouco atendido”, afirma o geógrafo Matheus Grandi, que desde 2006 estuda os movimentos sociais urbanos de luta por moradia, especialmente em grandes centros como Rio e São Paulo. De acordo com o pesquisador, o crescimento do déficit habitacional brasileiro nos últimos dez anos – conforme dados da Fundação João Pinheiro (FJP) – é de mais de um milhão de unidades, o que se explica, em parte, pelo modelo de construção das unidades habitacionais que permite que as construtoras definam todos os aspectos relativos à localização dos complexos habitacionais e a qual faixa de renda essas construções será direcionada: “Por isso, existem poucas empresas que constroem para as faixas de zero a três salários-mínimos”, situação vivida por Morgana.

Criado em 2009, o MCMV oferece três faixas de financiamento: a primeira, voltada a famílias com renda de até R\$ 1.600, representa o subsídio máximo do programa, podendo chegar a até 96% do valor do imóvel; a segunda, destina-se a famílias que ganham acima de R\$1.600 até R\$3.275, às quais é garantido o acesso até R\$25 mil de subsídio do governo; a terceira, beneficia famílias que ganham acima de R\$3.275 até R\$5 mil e, diferentemente das outras duas faixas, não recebem nenhum tipo de subsídio.

O professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) também avalia negativamente alguns aspectos do *Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades*, destinado às famílias organizadas em cooperativas habitacionais, associações e demais instituições privadas sem fins lucrativos. Entre os entraves existentes, destaca a burocratização e o alto custo do solo urbano. Especialmente no que se refere à burocracia, Matheus critica o tratamento dispensado às entidades pelo poder público quanto às exigências de projetos e pareceres técnicos detalhados como condição para a busca de financiamento, pois tais documentos têm um alto custo de elaboração. “Os movimentos sociais enfrentam uma grande dificuldade de cumprir com essa burocracia [por que não têm dinheiro em caixa], um problema que as empresas não têm porque possuem capital de giro”, resume.



## Os dividendos da organização

Na semana que antecedeu a reintegração de posse da área da massa falida do Montepio dos Servidores Municipais de Porto Alegre, lideranças da comunidade procuraram o Fórum de Ocupações Urbanas da Região Metropolitana para buscar apoio a fim de evitar a eminente ação de reintegração de posse. Mas já era tarde, não houve tempo suficiente para reverter o processo e as famílias tiveram que abandonar suas moradias. Na tentativa de minimizar as perdas, o jurídico do Fórum acrescentou ao processo um pedido de que a Justiça os recebesse novamente para mediação visando o retorno à área que não seja considerada de Preservação Permanente (APP). Até a finalização do Caderno JU essa reunião ainda não havia sido marcada.

“A organização é prova de que essas populações não querem morar de graça e que desejam pagar por uma propriedade dentro de suas possibilidades”, afirma Paulo Renê, advogado do Fórum que agrega atualmente 40 comunidades. Ele lamenta não poderem ter colaborado mais no caso da Montepio, embora oito lideranças do Fórum tenham comparecido ao dia da reintegração de posse buscando interceder com o oficial de justiça, alegando que nem toda a área que estava sendo desalojada configurava APP, como previsto no mandado apresentado no dia da ação.

Por outro lado, as lideranças reunidas no Fórum

comemoraram recentemente a compra do terreno da antiga Ocupação Dois Irmãos, no bairro Rubem Berta, pelas 250 famílias que vivem no local. Depois de muita negociação, a associação dos moradores chegou a um acordo de compra com a Habitasul, dona da área. As famílias conseguiram levantar R\$ 250 mil reais (R\$ 1 mil por família) para dar de entrada e o saldo restante será pago nos próximos cinco anos, como o valor final dividido igualmente entre os moradores.

Paralelamente a esses recorrentes manifestos em prol do direito à moradia, diferentes instâncias do poder público vêm buscando alternativas para enfrentar o problema do déficit habitacional, tanto no âmbito municipal quanto no estadual e federal. Uma dessas articulações está sendo encabeçada pela Corregedoria Geral da Justiça que, em março deste ano, criou um Grupo de Trabalho para estudar a questão do conflito fundiário.

Um dos primeiros encaminhamentos desse GT foi a instalação no dia 15 do mês passado de um projeto-piloto sobre as conciliações nos processos envolvendo reintegração de posse de áreas ocupadas, cerca de 20 ocupações. Segundo o Corregedor-Geral da Justiça, desembargador Tasso Caubi Soares Delabary, o Fórum de Ocupações da Região Metropolitana foi recebido pela Administração do TJ para atuar como mediador

dos conflitos urbanos. “Graças à integração de diversas instituições constituintes da cena judicial, juntamente com a Prefeitura de Porto Alegre, através de diversas secretarias, bem como a Brigada Militar e o Governo do Estado, chegamos à criação deste projeto-piloto, com objetivos altamente benéficos à população”, afirmou.

Por outro lado, segue em discussão a lei que criou 14 Áreas de Especial Interesse Social, para fins de regularização fundiária, aprovada em 22 de dezembro de 2014 na Câmara de Vereadores e vetada na íntegra pelo prefeito José Fortunati. Para o executivo municipal, a norma alterou o regime urbanístico da cidade sem a prévia realização de estudos de viabilidade técnica e jurídica.

Defensores da nova legislação, os movimentos sociais alegam que ela vem em cumprimento ao que prevê o Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001) no tocante à criação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS de Vazios Urbanos), que são instrumento estratégico para baratear e viabilizar a produção habitacional para famílias de média e baixa renda. Na penúltima semana de junho, esses grupos organizados, entre eles o Fórum de Ocupações Urbanas da Região Metropolitana, entraram com agravo junto ao Tribunal de Justiça que em abril havia suspenso a lei em caráter liminar para posterior avaliação.



Até junho deste ano Leandro morava na ocupação Montepio em Porto Alegre, mas reintegração de posse fez com que ele e mais 300 famílias tivessem que procurar outro lugar para morar

## Origem das ocupações em Porto Alegre

A ocupação irregular das cidades é um processo histórico, através do qual populações de baixa renda instalaram-se em áreas urbanas em todo o país, especialmente depois dos anos 50. Nessa época, o plano diretor de Porto Alegre estabeleceu uma série de regras que encareceram muito a construção de moradias, tais como tamanho mínimo de lotes e necessidade de infraestrutura. Não foi à toa, conforme Marcelo Kunrath, que nesse período cresceu a chamada “borda de Porto Alegre”, com a emancipação de municípios como Alvorada e Cachoeirinha. Muito dessa expansão ocorreu a partir de ocupações e também pela proliferação de lotes irregulares, nos quais os proprietários parcelaram suas propriedades sem o devido registro legal, isto é, sem escritura.

Segundo o pesquisador, a maior parte desses processos ocorreu de forma isolada, eram famílias ou pessoas próximas que iam se localizando em determinados espaços vazios, “não era algo organizado”, assegura. Durante a ditadura civil-militar no Brasil, entretanto, esse fenômeno arrefece, “embora continue ocorrendo”. Mais recentemente, “com a politização das comunidades sociais de base, o surgimento de movimentos populares e a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), no início dos anos 80, inicia-se um processo de conscientização e organização maior que acaba se refletindo nas lutas por habitação”.

Mesmo assim, Kunrath observa que Porto Alegre não iria se destacar na articulação de movimentos sociais por moradia como aconteceu no Rio de Janeiro

e, especialmente, em São Paulo, polo principal dessas reivindicações. “Aqui, quando aconteciam esses movimentos, parte desse processo era encabeçado por associações de moradores de bairros irregulares que se organizavam para fazer uma ocupação em um bairro adjacente”, ilustra o professor.

Em 1987, a exemplo do que ocorria em todo o país, um grande número de movimentos comunitários existentes na capital se mobilizou para ocupar milhares de casas, apartamentos e terrenos em conjuntos habitacionais que estavam abandonados por empresas em processo de falência ou concordata. Isso porque, um ano antes, o então presidente José Sarney, extinguiu o sistema financeiro habitacional (BNH), resultando num enorme número de prédios abandonados em todo o território nacional. Em Porto Alegre, calcula-se que cerca de 100 mil pessoas participaram desse movimento de ocupação e acabaram se alojando em mais de 23 mil imóveis localizados em vários municípios da Região Metropolitana.

Kunrath destaca que ainda hoje existem alguns desses imóveis que não foram regularizados. Ele explica que, à época, o Brasil vivia uma grande crise econômica com inflação alta, taxa de desemprego elevada e forte endividamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que assim estabelecia imposições à nossa política econômica. “Com o crescente desemprego, as pessoas despejadas de seus aluguéis acabaram recorrendo aos mais de quatro milhões de imóveis do BNH em todo o país”, conclui.

*Com a politização das comunidades sociais de base no início dos anos 80, inicia-se um processo de conscientização e organização maior que acaba se refletindo nas lutas por habitação*

**Marcelo Kunrath**  
Professor de Sociologia

## Regularização fundiária urbana no Brasil

### 1960

Década em que os efeitos nocivos da urbanização desigual das cidades brasileiras começam a ser sentidos

### 1979

Lei Federal de Parcelamento do Solo nº 6.766

### 1988

Incorporação do capítulo sobre Política Urbana à Constituição Brasileira, aprimorando o conceito de função social da propriedade

### 1999

Alteração na Lei de Parcelamento do Solo, concedendo tratamento especial aos assentamentos populares regularizados no âmbito de ações públicas locais

### 2000

Definição da moradia como um direito social pela Emenda Constitucional nº 26

### 2001

Aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257) pelo Congresso Nacional e edição da Medida Provisória nº 2.220 que disciplinou a Concessão de Uso Especial para Moradia (CUEM) de imóveis públicos ocupados

### 2003

Criação do Ministério das Cidades e instituição da Política Nacional de Regularização Fundiária

### 2004

Lei Federal nº 10.931, que estabeleceu a gratuidade do primeiro registro decorrente da regularização fundiária

### 2007

Lei Federal nº 11.481, que previu mecanismos para a regularização fundiária em terras da União

### 2009

Lei Federal nº 11.952, que definiu mecanismos para a regularização fundiária em terras da União na Amazônia Legal e aprovação da Lei Federal nº 11.977, que dispôs sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e dedicou um capítulo à regularização fundiária de assentamentos informais urbanos